

INTERSEÇÕES

Igualdade entre Mulheres e Homens
e a Educação para o Desenvolvimento



PROMOVIDO POR:



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO



Escola Superior
de Educação
Instituto Politécnico
de Viana do Castelo



ESTRATÉGIA NACIONAL
DE EDUCAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO

APOIO:



CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Ficha técnica

Título

**Interseções: Igualdade entre Mulheres e Homens
e a Educação para o Desenvolvimento**

Autoria

Alexandra Silva, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

Eliana Madeira, Graal

La Salete Coelho, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Maria José Moura, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Teresa Alvarez, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Edição

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Data de edição

Abril de 2022

Conceção gráfica

Raquel Pedro

Contribuições para este recurso

Ação de formação de curta duração para docentes:

Alcina Maria Lourenço Simões, Ana Gonçalves Areal Rotheres, Ana Paula Soares da Silva, Ana Rita Jácome da Silva Santos, Anabela Claudina Cruz Almeida Costa, Carla Maria Roças Baltazar, Elisabete Maria da Silva Rodrigues, Isabel Maria Pinto Marques Leite Soares Aldeia, Isabel Maujo, José Augusto Nascimento Domingues, José Pedro Nunes da Mata, Licínia Flávia Cardoso Pereira, Manuel Brito, Manuela Maria Oliveira Enes, Maria Deolinda Gonçalves da Costa Campos, Maria Manuela Dias e Silva, Susana Alexandra Queirós Silva Meira

Oficina com representantes de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento:

Almudena Ferro, Ana Margarida Vaz, Barbara Troca, Luciana Almeida, Maria Inês Santos, Mónica Santos Silva, Paulo Costa, Sandra Fernandes, Sofia Lopes, Vasco Ribeiro, Vinicius Ramos

Iniciativa financiada pelo Mecanismo de Apoio a Iniciativas criado no quadro da ENED 2018-2022, promovido pelo
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

ISBN 978-989-53541-1-5

Índice

Introdução	4
-------------------------	---

Parte I

Interseções temáticas	12
<u>Desenvolvimento na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens</u>	13
<u>Interdependências e Globalização na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens</u>	20
<u>Pobreza e Desigualdades na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens</u>	28
<u>Justiça Social na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens</u>	39
<u>Paz na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens</u>	45
<u>Cidadania Global na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens</u>	53

Parte II

Propostas Educativas	58
<u>Desenvolvimento na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens:</u>	
<u>Desenvolvimento sem envolvimento?</u>	60
<u>Interdependências e Globalização na ótica da Igualdade entre</u>	
<u>Mulheres e Homens: Por detrás e para além do que vestimos</u>	70
<u>Pobreza e Desigualdades na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens:</u>	
<u>Habitação, pobreza... e muitas outras desigualdades entre mulheres e homens</u>	77
<u>Justiça Social na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens:</u>	
<u>Sociedades socialmente participativas e justas</u>	87
<u>Paz na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens: Mulheres, paz e segurança</u>	95
<u>Cidadania Global na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens:</u>	
<u>Pessoas refugiadas - um desafio a uma Cidadania Global</u>	103

INTRODUÇÃO

Contextualização

A presente publicação foi elaborada no âmbito do projeto *Interseções: Igualdade entre Mulheres e Homens e a Educação para o Desenvolvimento*, financiado pelo Mecanismo de Apoio a Iniciativas das Entidades Subscritoras do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), criado no quadro da ENED 2018-2022, e promovido pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., no seguimento das recomendações do processo de Avaliação Intermédia do mesmo documento estratégico.

Trata-se de um Recurso destinado a agentes educativas/os que desejem trabalhar temas da Educação para o Desenvolvimento numa perspetiva de Igualdade entre Mulheres e Homens e é o resultado do trabalho colaborativo de uma equipa constituída por pessoas ligadas à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), ao Graal e à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Enquadramento estratégico nacional e internacional

Os desafios que as sociedades enfrentam atualmente exigem, mais do que nunca, a formação de cidadãos e cidadãos capazes de olhar criticamente para a complexidade do mundo, de identificar as problemáticas que são centrais nas sociedades humanas de hoje e de refletir sobre elas, de forma aprofundada e fundamentada, para que possam participar, de forma consciente e responsável, na construção do mundo, justo e igualitário, que queremos.

Neste contexto, a **Educação para o Desenvolvimento** e a **Educação para a Igualdade entre Mulheres e Homens** constituem dimensões educativas incontornáveis para se atingirem tais objetivos, encontrando-se expressas em instrumentos de política internacionais, regionais e nacionais.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um documento formado por 17 objetivos para transformar o nosso mundo até 2030. Dois ODS são fundamentais para o presente Recurso Educativo:

- ODS 4, relativo a uma “Educação de Qualidade”, inclui a necessidade de garantir que todas as crianças adquiram conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusivamente, entre outros, por meio da educação para estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade entre mulheres e homens, pro-

moção de uma cultura de paz e de não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural.

- ODS 5, que visa “Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”, considera essencial acabar com todas as formas de discriminação e de violência contra as mulheres e raparigas, em toda a parte, e em todas as esferas, valorizando o trabalho não remunerado e promovendo a partilha equilibrada por mulheres e por homens, quer da liderança e tomada de decisão, quer de todos os recursos disponíveis.

Em Portugal, são vários os documentos estratégicos que enquadram estas duas áreas.

A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2018-2022)¹, aprovada em 2018, afirma uma **Educação para o Desenvolvimento como um processo de aprendizagem comprometido com a formação integral das pessoas, com o desenvolvimento do pensamento crítico e eticamente informado e com a participação cidadã**. O seu objetivo último é a transformação social a qual implica a prevenção e o combate às desigualdades sociais, nomeadamente às desigualdades entre mulheres e homens e à discriminação, bem como a promoção do bem-estar nas suas múltiplas dimensões, da inclusão, da interculturalidade, da justiça social, da sustentabilidade, da solidariedade e da paz, tanto ao nível local como ao nível global (Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018, p. 3197), fazendo referência, explicitamente, à questão das “desigualdades entre mulheres e homens”.

A partir de 2018², a implementação da **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)**³ e, com ela, a nova componente curricular de *Cidadania e Desenvolvimento* do ensino básico e do ensino secundário, veio trazer para a Educação para a Cidadania 17 domínios, seis dos quais obrigatórios para todos os níveis e ciclos de escolaridade e entre os quais se incluem a Igualdade de Género e o Desenvolvimento Sustentável. Como “instrumentos de apoio que podem ser utilizados e adaptados em função das opções a definir em cada contexto, enquadrando as práticas a desenvolver” (Educação para a Cidadania - Linhas Orientadoras, 2012), têm vindo a ser produzidos Referenciais pela Direção-Geral da Educação em colaboração com outros organismos e instituições públicas e com diversas entidades parceiras da sociedade civil. Neste âmbito, o **Referencial de Educação para o Desenvolvimento – educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário** (a partir de agora, Referencial de ED)

1 - Coordenada e gerida por uma Comissão de Acompanhamento (CA) composta pelo Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., o Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral. Implementada pela CA e pelas restantes Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED, a saber: ACM – Alto Comissariado para as Migrações; ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; APA - Agência Portuguesa do Ambiente; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ARIPESE – Associação de Reflexão e Intervenção Educativa na Política das ESE; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; CNJ - Conselho Nacional da Juventude; Comissão Nacional da UNESCO; CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude; PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, RICD – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento.

2 - No quadro de uma reforma educativa que tem lugar a partir de 2017 e que foi tomando forma em diversos documentos, nomeadamente no *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória* (ME-DGE, 2017) e nas *Aprendizagens Essenciais* (ME-DGE, 2018).

3 - Implementada pelo Decreto-lei 55/2018, de 6 de julho.

foi elaborado pela Direção-Geral da Educação em parceria com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., o CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral e a Fundação Gonçalo da Silveira. Este Referencial, utilizado como ponto de partida para este Recurso, identifica seis temas globais: Desenvolvimento; Interdependências e Globalização; Pobreza e Desigualdades; Justiça Social; Cidadania Global e Paz.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação, 2018-2030 (ENIND), alinhada temporal e substantivamente com a Agenda 2030, assume como preocupação central a eliminação dos estereótipos, explicitando que:

Os estereótipos de género estão na origem das discriminações em razão do sexo diretas e indiretas que impedem a igualdade substantiva entre mulheres e homens, reforçando e perpetuando modelos de discriminação históricos e estruturais. Reflexo da natureza multidimensional da desvantagem, os estereótipos na base da discriminação em razão do sexo cruzam com estereótipos na base de outros fatores de discriminação, como a origem racial e étnica, a nacionalidade, a idade, a deficiência e a religião (Resolução do Conselho de Ministros N.º 61/2018, de 21 de maio).

O mesmo documento sublinha ainda a relação entre este fenómeno e “formas de violência, exclusão social e marginalização, tais como o discurso de ódio, a privação da liberdade de associação e de expressão, o desrespeito pela vida privada e familiar, a discriminação no mercado de trabalho, acesso a bens e serviços, saúde, educação e desporto”.

A ENIND operacionaliza-se através de três Planos de Ação. Dois deles convergem com os objetivos da ENED ao visarem, respetivamente, a não discriminação em razão do sexo e a igualdade entre mulheres e homens (IMH) e a prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (VMVD). Em especial, o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens inclui, entre as medidas do seu terceiro objetivo estratégico, “garantir as condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de género”, a integração da igualdade entre mulheres e homens em programas setoriais, como é o caso da Educação para o Desenvolvimento, e a implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), já citada, nomeadamente no que se refere ao cruzamento do domínio da igualdade de género/igualdade entre mulheres e homens com os outros 16 domínios definidos nesta Estratégia.



Centralidade das temáticas

As desigualdades entre mulheres e homens estão presentes em todas as regiões do mundo. É um problema global e estrutural que se traduz em condições de vida diferenciadas, relações assimétricas entre mulheres e homens e desequilíbrios significativos na distribuição dos recursos e do poder econômico, social e político por umas e outros.

As desigualdades sociais entre mulheres e homens advêm de dois fatores que, sendo distintos, são intrinsecamente interdependentes: as representações socioculturais dominantes sobre o que são os homens e as mulheres e que, ao nível do quotidiano, funcionam sob a forma de estereótipos, inconscientemente consensuais em termos coletivos, que estipulam “normas” sobre o que devem ser as funções e os papéis sociais de uns e de outras, de acordo com as crenças e expectativas em torno da suas “naturais” capacidades e níveis de realização pessoal; as relações de poder de cariz patriarcal que assentam na ideia de uma hierarquia entre homens e mulheres geradora de uma desigual valorização social dos indivíduos em função do seu sexo, que se expressa na “naturalização” da superioridade masculina e da inferioridade feminina e nas subsequentes relações de domínio/subordinação. Enquanto os estereótipos apresentam variações no tempo e no espaço, as relações de poder que lhes subjazem são mais resistentes à mudança.

Tem havido avanços importantes na realização da igualdade, que são, no entanto, insuficientes, por vezes descontinuados e frequentemente compartimentados, processando-se a ritmos distintos nas diferentes regiões do mundo. Tomando por referência a União Europeia, mantendo-se o ritmo atual de progresso, serão necessários 60 anos para alcançarmos a igualdade entre mulheres e homens.

Além disso, assistimos hoje, com preocupação e até com perplexidade, a recuos nos direitos das mulheres em alguns países do mundo (como se verifica, atualmente, por exemplo, no Afeganistão) e à emergência e afirmação de discursos com uma visão tradicional sobre o lugar das mulheres na sociedade com consequências negativas para as relações de poder entre mulheres e homens (é caso, por exemplo, de países como Hungria ou Turquia).

Neste contexto, afigura-se essencial dar visibilidade e problematizar as condições de desvantagem e de subordinação das mulheres, bem como dos mecanismos de pressão sobre os homens relativos à reprodução e manutenção dos seus privilégios. Importa também compreender e agir sobre as causas estruturais que sustentam e configuram estas desigualdades.

Estes propósitos alinham-se com o horizonte e o compromisso da Educação para o Desenvolvimento (ED) de contribuir para a construção de realidades humanas justas.

A constatação do impacto da ação das mulheres ao nível coletivo e comunitário há muito que levou a ONU a defender que não há desenvolvimento sem a igualdade entre mulheres e homens. Tal esteve presente nas Conferências Mundiais sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (1992), sobre Direitos Humanos, em Viena (1993), sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994) e sobre Mulheres, Desenvolvimento e Paz, em Pequim (1995). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, aprovados em 2000, e o seu alargamento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, já referidos, aprovados em 2015, sublinham que o Desenvolvimento só é possível com a igual participação de homens e de mulheres insistindo no cariz imperioso do empoderamento destas últimas e do combate à pobreza em todo o mundo.

Deste modo, reafirma-se o respeito efetivo pelo princípio da igualdade entre mulheres e homens e exige-se a participação plena das mulheres e o uso das suas capacidades em todos os espaços da vida económica, social, cívica, cultural e política, incompatíveis com as discriminações baseadas no sexo e com a condição de desvantagem, subordinação e (ainda alguma) dependência das mulheres.

Estando a ED comprometida com a transformação social no sentido do combate às desigualdades sociais, faz todo o sentido que a igualdade entre mulheres e homens seja assumida como objetivo e princípio orientador das suas ações, como aliás consta da ENED. É importante que se torne transversal a todas as intervenções na área da ED: que se analisem as relações entre os sexos e que se tenham em conta as dificuldades, os constrangimentos, as vivências e os contributos específicos das mulheres e dos homens.

Contudo, raramente as intervenções de ED integram uma perspetiva da igualdade entre mulheres e homens e têm em atenção as relações de poder desiguais entre umas e outros. As questões da igualdade têm sido um pouco “marginais”, apenas abordadas pontual e superficialmente. A presente publicação pretende constituir-se como um contributo para alterar esta lacuna e como um incentivo para que as questões da igualdade entre mulheres e homens se tornem mais visíveis e mais presentes na ED.

Também, por isso, este Recurso visa contribuir para mudar o cariz ainda predominantemente androcêntrico do conhecimento mobilizado pela escola, em todas as componentes do currículo. A visão que temos do mundo condiciona a nossa capacidade de o compreender pois dela dependem as perspetivas a partir das quais o olhamos e vemos. E só podemos compreender o que conseguimos ver. Daí a imperiosa necessidade de integrar o conhecimento produzido nas últimas décadas e que tem vindo a desocultar as invisibilidades, predominantemente das mulheres, e a reformular teorias explicativas sobre fenómenos e problemas do mundo atual, integrando a vida, as experiências e os contributos das mulheres.

No mesmo sentido, importa que o conhecimento científico mobilizado pela escola permita que as raparigas se identifiquem com ele, tal como sucede com os rapazes. As narrativas em torno da vida dos grupos, comunidades e sociedades, em todas as regiões do mundo, que este conhecimento comporta devem, pois, integrar uma maior diversidade de modelos de pessoa para as raparigas, da mesma forma que é imperioso que incluam modelos alternativos aos predominantes que interpelam, de forma sistemática, os rapazes. A educação para a igualdade entre mulheres e homens exige, por isso, da mesma forma e com igual pertinência, educar para o empoderamento das raparigas e para a partilha e corresponsabilidade dos rapazes. Esta será uma das formas da escola poder ter um papel de transformação do mundo.

Processo de criação

Como referido anteriormente, este Recurso foi construído a várias mãos, contando com os contributos de pessoas com diferentes percursos e pertenças profissionais, ligadas à sociedade civil ou a organismos públicos, com maior experiência e saber na área da ED ou na área da Igualdade entre Mulheres e Homens, no campo das políticas ou da educação, no âmbito da educação formal ou informal. Esta diversidade da equipa trouxe riqueza ao processo e acreditamos que também ao Recurso que apresentamos. No entanto, é provável que na leitura dos diferentes textos introdutórios e das várias propostas educativas seja notada a “diversidade das autorias”. Gostaríamos que os diferentes estilos de escrita e os “modos de fazer” contidos neste Recurso funcionem como um convite a quem o lê para encontrar o seu próprio caminho.

Pela centralidade de certas problemáticas da (des)igualdade entre mulheres e homens, algumas delas são referidas em diferentes textos, sendo retomadas na abordagem de diferentes temas da ED. O resultado é, na nossa perspetiva, uma explicitação da imperiosa transversalidade da igualdade nas relações entre homens e mulheres como requisito de um desenvolvimento humano pleno e justo.

Importa ainda destacar e agradecer os contributos dados pelo grupo que frequentou a ação de formação de docentes e pelo grupo que participou na oficina destinada às ONGD, atividades previstas no projeto como momentos de análise crítica, recolha de contributos e validação do Recurso. As críticas, sugestões e questionamentos destes grupos foram preciosos no processo que culmina nesta publicação.

Não se considera este Recurso como um documento fechado mas antes aberto a elementos que o venham a enriquecer, a futuros aprofundamentos e ao alargamento a novas abordagens e problemáticas temáticas. Esse é um caminho que esperamos vir a percorrer.

Estrutura

Em termos de estrutura, esta publicação organiza-se em duas partes: uma de enquadramento teórico e outra com um carácter eminentemente prático. Da primeira, fazem parte seis capítulos ao longo dos quais se propõem cruzamentos da Igualdade entre Mulheres e Homens com os seis temas globais contemplados no Referencial de ED (Desenvolvimento; Interdependências e Globalização; Pobreza e Desigualdades; Justiça Social; Paz e Cidadania Global). Procurou-se trazer para a Educação para o Desenvolvimento algumas das principais dimensões e problemáticas das relações entre mulheres e homens que permitam enriquecer a análise e a compreensão dos processos de desenvolvimento das sociedades humanas.

A segunda parte integra seis propostas educativas, a título meramente exemplificativo, para se trabalhar as propostas de cruzamento sugeridas na primeira parte. Destinando-se predominantemente ao 3º ciclo do ensino básico e ao ensino secundário, considera-se que, para além de poderem ser adaptadas aos diferentes contextos de escola, podem ser inspiradoras, quer para outras atividades educativas nestes ciclos, quer para propostas educativas destinadas aos outros ciclos de escolaridade.

Esperamos que os textos e as propostas educativas que ora se publicam funcionem como um trampolim para novas práticas de ED que integrem a ótica da igualdade entre mulheres e homens. Oxalá possam constituir-se como um Recurso útil para educadoras e educadores que se empenhem na realização (do que Maria de Lourdes Pintasilgo chamou) dessa “igualdade inédita e subversiva”.



PARTE I

INTERSEÇÕES TEMÁTICAS

Desenvolvimento na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens



O conceito Desenvolvimento, embora tenha começado a ser debatido no seio da Sociedade das Nações, após a I Guerra Mundial, tem as suas raízes mais profundas no pós-Segunda Guerra Mundial, no contexto da recuperação económica europeia. Surge, assim, entrelaçado com as teorias de modernização, suportadas nas ideias de “crescimento económico e de progresso linear”¹, eurocentradas. No entanto, sobretudo a partir da década de 70, do século passado, **estas ideias foram contestadas** procurando-se novas dimensões que requalificassem a palavra desenvolvimento. Surgem assim uma **multiplicidade de propostas de desenvolvimento alternativo** – o *Desenvolvimento Participativo*, o *Desenvolvimento Local*, o *Desenvolvimento Sustentável*, entre outras. A partir da década de 80, por exemplo, as Nações Unidas adotaram o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** para encorajar os países a focarem-se mais nas pessoas (nomeadamente no seu acesso à educação e à saúde) em vez de exclusivamente no crescimento económico. No entanto, reconhecendo os limites desta abordagem, desde 2010, foram introduzidos novos índices, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade e o de **Desenvolvimento Humano ajustado ao Género**, como resposta a algumas críticas feitas ao próprio Índice. Uma das críticas principais ao IDH refere que um indicador não desagregado por sexo apresentaria um valor médio que poderia não corresponder nem a homens nem a mulheres, conduzindo a uma leitura errada da realidade. Com o IDH ajustado ao Género, os dados dos países são agora analisados desagregadamente, classificando-se os países em cinco grupos, de acordo com o nível de (des)igualdade entre homens e mulheres em matéria de resultados no IDH².

Apesar destas alterações, a utilização do próprio conceito de desenvolvimento foi sendo contestada num movimento denominado por alguns autores e autoras como “do desenvolvimento alternativo às **alternativas ao desenvolvimento**”³.

As principais **críticas** que estes autores e autoras⁴ fazem **aos modelos tradicionais de desenvolvimento** são: apenas algumas partes do mundo, e algumas franjas da sociedade, conseguiram atingir níveis de bem-estar material e quase sempre à custa da sobre-exploração dos recursos de outras regiões do planeta, originando novas formas de pobreza e de exclusão social, nomeadamente junto das mulheres; a degradação das condições de trabalho, onde se destaca a exploração do trabalho feminino; a valorização de modelos de produtividade que promovem lógicas de poder e de competição e subestimam lógicas de cooperação, solidariedade e cuidado, desvalorizando, assim, o trabalho não remunerado; entre outras.

Contribuíram para esta discussão várias propostas, como, por exemplo:

- a **Felicidade Interna Bruta**, surgida na década de 70, no Butão, em oposição ao Produto Interno Bruto, que acrescenta outros indicadores aos indicadores materiais afirmando que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade apenas acontece quando o desenvolvimento pessoal, espiritual, cultural e comunitário (entre outros) acompanham o desenvolvimento material⁵;

- a do ***Buen Vivir***, do Equador, que recupera cosmovisões indígenas, sendo fundamentada no equilíbrio e na solidariedade entre os seres humanos e a natureza⁶;
- e a do ***Decrecimiento***, na Europa, que postula que é impossível manter o nível de crescimento económico das sociedades ditas desenvolvidas uma vez que os recursos naturais são finitos e, por isso, é necessário decrescer de forma a encontrar um modelo que seja sustentável para todas as populações⁷.

Já neste século, a crise financeira, económica e social que assolou o Mundo, a partir de 2008, voltou a **questionar o modelo económico ocidental**. Em 2009, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) convidou alguns autores e autoras para pensar novas formas de medir o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas e das famílias. Surge assim o **Índice do Bem-Estar**⁸ que inclui uma diversidade de indicadores que medem aspetos da vida que, geralmente, não eram considerados como, por exemplo, o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e o nível de satisfação de vida.

É possível verificar, apenas com estes exemplos, que **diferentes culturas pressupõem diferentes formas de encarar o Desenvolvimento**, uma vez que este representa uma forma de olhar para o mundo, de organizar a sociedade e atribuir papéis aos seus diferentes atores, nomeadamente às mulheres e aos homens, estabelecendo hierarquias e prioridades. Assumir apenas uma única forma de pensar o desenvolvimento, para além de ser uma atitude etnocêntrica, é fechar-se à riqueza da diversidade existente no mundo.

Ainda nos dias de hoje, as ideias mais tradicionais de “modernidade”, ligadas quase exclusivamente ao crescimento económico e ao progresso linear, centradas no capitalismo e nas suas lógicas de poder e de competição, continuam a condicionar as agendas económicas e políticas. Roque Amaro⁹ refere os seguintes mitos nos quais assenta este modelo hegemónico de desenvolvimento: o economicismo, o produtivismo (desvalorizando o que não seja considerado produtivo, ou seja, o que não contribua para a riqueza monetária), o consumismo, o quantitativismo (muitas vezes em detrimento da qualidade), o industrialismo e o tecnologismo, o racionalismo, o urbanicismo, o antropocentrismo, o etnocentrismo e o uniformismo.

É inegável que **estes modelos de desenvolvimento mais tradicionais estão ligados a visões de organização social eurocentradas**, assentes em lógicas de poder, exploração e competição, associadas a lógicas “verticais” de pensar e de agir, mais predominantes nas dinâmicas “masculinas”, desvalorizando dinâmicas “horizontais” de partilha da vida, mais frequentes entre as mulheres, dado o papel secundário na sociedade a que estas têm sido remetidas, como as lógicas da solidariedade, da coesão social, do cuidado, do serviço e da colaboração. **Ainda há um longo caminho a percorrer no que respeita ao papel das mulheres no modelo de desenvolvimento atual e mesmo na proposta de um modelo de desenvolvimento alternativo**¹⁰. As próprias críticas aos modelos mais tradicionais de desenvolvimento visam as dinâmicas de poder assimétrico (entre regiões e grupos), de apropriação e domínio/

subordinação, marcadas pelas características patriarcais das sociedades humanas, e pressupõem precisamente uma visão do mundo oposta, centrado na partilha e de corresponsabilidade por aquilo que é o bem comum e os recursos disponíveis no mundo.

Como referido anteriormente, os benefícios da melhoria das condições materiais das populações, trazida pelos modelos de desenvolvimento vigentes, não têm chegado a todas as regiões do planeta. Aliás, importa não esquecer que, e embora os números possam variar ligeiramente, as condições de vida material de 20% da população deve-se a estes consumirem 80% dos recursos, deixando apenas 20% para serem consumidos pela restante 80% da população¹¹. Dentro destas desigualdades, **importa salientar uma outra, a desigualdade de acesso, de usufruto e de benefício entre mulheres e homens, que condicionam não só a liberdade de opção de umas e de outros, mas que tem consequências nos modelos e nos níveis de desenvolvimento.**

De acordo com o 8.º Inquérito Mundial ao papel das Mulheres no Desenvolvimento, da responsabilidade da ONU Mulheres, uma análise das taxas de pobreza por sexo e idade mostra que as disparidades de género no que concerne à pobreza são maiores entre as mulheres com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos. Isto coincide com a fase da vida dedicada à formação da família e à educação dos filhos, durante a qual as mulheres enfrentam o aumento das despesas associadas a ter filhos e ao mesmo tempo ter menos tempo disponível para se dedicar a trabalho remunerado¹².

O mesmo relatório sublinha que estas dificuldades na gestão do tempo, que levam muitas vezes ao esgotamento das mulheres, não trazem consequências apenas para si próprias mas também para a geração seguinte, uma vez que os cuidados não remunerados e o trabalho doméstico são geralmente delegados às raparigas do agregado familiar, comprometendo as suas oportunidades de educação e formação.

Esta é uma preocupação que tem expressão em documentos e programas mundiais:

- os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da responsabilidade da ONU, dedicam o Objetivo 5, e as suas metas, a esta temática, nomeadamente: a eliminar todas as formas de discriminação, violência e práticas nocivas; a garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades; a reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado e a assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos;
- a UNESCO, por exemplo, tem um programa de educação e igualdade de género guiada sobretudo por dois documentos: *Do acesso ao empoderamento: estratégia da UNESCO para a igualdade de género na e por meio da educação para 2019-2025* e o *Gender Equality Action Plan (2014-2021, revisão de 2019)*;
- o Conselho da Europa tem assumido o seu empenho através da *Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade de Género 2018-2023*, da *Recomendação CM/Rec(2019)1 Pre-*

venir e combater o sexismo e da Convenção Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, de 2005;

- a Comissão Europeia tem publicado também vários documentos que orientam todas suas intervenções neste campo, nomeadamente *Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025* e o *Gender Action Plan (GAP) 2021-2025 – An ambitious agenda for gender equality and women’s empowerment in EU external action*.

No entanto, o combate às desigualdades entre mulheres e homens e a intervenção para a transformação social na direção do bem-estar de todas as pessoas, e não apenas de uma minoria, não é apenas dos países ou das organizações nacionais e internacionais. **Cada cidadão e cidadã é chamada a participar com as suas visões de futuro e propostas de alternativas, “assumindo compromissos pessoais coerentes com a sua visão e com a necessária transformação social a ela subjacente”¹³.**

Uma proposta de mudança sistémica que tem sido trazida, sobretudo por mulheres, é a da **Economia do Cuidado**¹⁴. Esta propõe-se como **um sistema de regulamentação das relações entre as pessoas na qual o objetivo não é o do lucro, mas sim o do cuidado mútuo, através da vivência de valores de solidariedade, cooperação e serviço.**

Segundo a pensadora Ángeles Duran¹⁵, a questão não é só a de um modelo de economia alternativo mas também a da **invisibilidade de uma economia já existente**. Esta autora observa que a economia tem estado assente em grupos sociais compostos por um grande número de pessoas, em cuja actividade assenta a sociedade no seu todo, e que têm em comum a precaridade e a ausência de quaisquer direitos. Num paralelo com épocas anteriores, a autora cria o conceito de *cuidatoriado* para designar as pessoas cujo trabalho suporta, na atualidade, todo o sistema produtivo e, portanto, toda a economia. O seu papel é semelhante àquele que foi o do *campesinato*, formado pela maioria da população, que suportava economicamente as sociedades pré-industriais, e o do operariado que constituiu a massa trabalhadora em que assentou o desenvolvimento industrial e o liberalismo económico da abundância que veio até aos nossos dias. **Nos dias de hoje, o cuidatoriado, formado predominantemente por mulheres, corresponde aos milhões de pessoas que fazem o trabalho invisível do cuidado, ausente das contabilidades do Produto Interno Bruto, longe das lógicas dominantes da produtividade, como se referiu anteriormente, geralmente levado a cabo por mulheres.**

De acordo com um recente estudo,

o valor do trabalho de cuidado e doméstico não pago em Portugal representará, no mínimo, cerca de €40 mil milhões em cada ano (utilizando a metodologia que adota o valor do salário mínimo como referência). A utilização de outras metodologias leva a que esse valor seja ainda significativamente superior, cifrando-se em cerca de €62 mil milhões, quando utilizada a metodologia do substituto de mercado e subindo para €65 mil milhões ou para quase €78 mil milhões quando é considerada a metodologia que utiliza como referência a remuneração média e o ganho médio, respetivamente¹⁶.

Os ODS, referidos acima, refletem bem este problema na meta 5.4, do ODS 5, dedicada a reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais¹⁷.

Já em 1996, no relatório *Cuidar o Futuro. Um programa radical para viver melhor*¹⁸, da responsabilidade da Comissão Independente sobre a População e a Qualidade de Vida, sob a égide da Organização das Nações Unidas, liderado por Maria de Lurdes Pintassilgo, eram identificados quatro desafios que se colocam ao mundo contemporâneo, “o desafio da população, o desafio social - fazer face à pobreza; o desafio ecológico; e o desafio económico - um novo modelo de produção” e apresentados novos modelos, assentes numa nova lógica de cuidado. Neste relatório, é defendido que é a “(...) aptidão para cuidarmos dos outros, que nos define como seres humanos, é o cimento da sociedade”, o antídoto contra a indiferença, definida como manifestação da “ausência do cuidado pelos outros”.

Neste contexto surgem, por exemplo, os **Bancos de Tempo**¹⁹, um sistema de organização de trocas solidárias que promove o encontro entre a oferta e a procura de serviços disponibilizados pelos seus membros, utilizando o “tempo” como moeda de troca. Por cada hora que os/as participantes “depositam” no banco, oferecendo ajuda ou apoio a outras pessoas, podem “levantar” o mesmo tempo de ajuda quando forem eles/elas a precisar. Em cada caso são os/as participantes a decidir o que podem oferecer.

O tempo de toda a gente mede-se e avalia-se de forma equivalente, ou seja, uma hora de um membro equivale a outra hora de outro membro, independentemente do que cada um ofereça²⁰.

Os **processos de Desenvolvimento** são, como esperamos ter demonstrado, **algo em permanente reconfiguração e que dependem de compromissos individuais e coletivos de todas as cidadãs e cidadãos coerentes com a visão de transformação social pretendida. Daí a importância de uma Educação para o Desenvolvimento centrada em valores com a cooperação, a solidariedade e a equidade, tendo como objetivo maior o bem-comum.**

Para consultar diretamente a proposta educativa, [clique aqui](#).

1 - Cardoso, Jorge; Figueiredo, Ilda; Neves, Maria José; Pereira, Luísa Teotónio; Silva, Rosália & Torres, António (2016). Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário. Lisboa: Direção-Geral da Educação.

2 - PNUD (2021) Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. A próxima fronteira. O desenvolvimento humano e o Antropoceno.

- 3 - Conferência Do Desenvolvimento Alternativo às Alternativas ao Desenvolvimento, de Boaventura de Sousa Santos, organizada pelo CIDAC, a 16 de janeiro de 2014.
- 4 - Ver, a título de exemplo: Sen, Amartya (2012) *O desenvolvimento como liberdade*. Gradiva.
- 5 - Ver, a título de exemplo: Carvalho, Maiara V. G. (2019) *Felicidade Interna Bruta (FIB) e o Desenvolvimento*. Universidade Federal do Paraná.
- 6 - Ver, a título de exemplo: Acosta, Alberto (2012) O Buen Vivir. Uma oportunidade de imaginar outro mundo. In Bartelt, D.D. (org.) *Um campeão visto de perto. Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*, 198-216. Heinrich Böll Foundation ou Coraggio, José Luís (2010) *La Economía Social y Solidaria como estratégia de desarrollo en el contexto de la integración regional latino-americana*. A crise actual e as respostas da Economia Solidária. *Revista de Economía Solidária*, nº2: 12-23. ACEESA.
- 7 - Conferência A crise do Ocidente e as respostas das políticas de Decrescimento, de Serge Latouche, organizada pelo CIDAC, a 8 de março de 2012.
- 8 - OCDE, Índice do Bem-Estar.
- 9 - Amaro, Rogério (2003) Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos*. 4. 35-70.
- 10 - UN Women (2019) *World Survey on the role of women in Development. Why addressing women's income and time poverty matters for sustainable development*.
- 11 - 80:20 Development in an Unequal World.
- 12 - UN Women (2019) *World Survey on the role of women in Development. Why addressing women's income and time poverty matters for sustainable development*, p.4.
- 13 - Cardoso, Jorge; Figueiredo, Ilda; Neves, Maria José; Pereira, Luísa Teotónio; Silva, Rosália & Torres, António (2016). *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*. Lisboa: Direção-Geral da Educação. Pág. 11.
- 14 - Consultar, para aprofundamento, o website da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.
- 15 -Entrevista Transformar o modo como vivemos: o uso do tempo, o cuidado e a vida, com Maria Ángeles Durán, promovida pela Plataforma Portuguesa pelos Direitos das Mulheres, a 27 de janeiro de 2022.
- 16 - Perista, Heloísa & Perista, Pedro (2021) *O valor do trabalho não pago de mulheres e de homens – trabalho de cuidado e tarefas domésticas*. Factsheet #2. Pág. 3.
- 17 - Comissão Nacional da UNESCO. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.
- 18 -Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida (2007) *Cuidar o Futuro. Um programa radical para viver melhor*. Edição Comemorativa. Fundação Cuidar o Futuro. (edição original de 1996, em inglês).
- 19 - Para conhecer a iniciativa em Portugal, visite o website Banco de Tempo.
- 20 - Meredith, Margareth & Quiroz Niño, Catalina (Coords.), Arando, Saioa; Coelho, La Salete; Silva, Miguel Filipe & Villafuerte Pezo, Ana María (2015) *Promover os estudos e as práticas da Economia Social e Solidária no Ensino Superior*. Consórcio de Economia Social e Solidária York St John-Erasmus.

Interdependências e Globalização na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens



Hoje é consensual a afirmação de que vivemos num mundo globalizado. **A globalização afeta de variadas formas diferentes dimensões da vida em sociedade.** Reflete-se na política, na economia, no trabalho, na cultura, no ambiente. De algum modo, estrutura, hoje, as nossas formas de viver²¹.

Manifesta-se nos múltiplos e intensos fluxos, entre países e regiões do planeta, de bens, serviços, informações, capitais, pessoas. Foi potenciada pelo desenvolvimento e popularização das tecnologias de comunicação, pelo aumento da rapidez e redução do preço da mobilidade entre países, pela redução das barreiras relacionais entre países ocidentais e países do antigo “bloco” soviético e pela influência e ação de atores como as instituições internacionais e intergovernamentais, empresas multinacionais e Organizações Não Governamentais com intervenção internacional²².

A intensificação das relações sociais e económicas entre países e povos, à escala mundial, é geradora de **realidades cada vez mais complexas e interdependentes**, tornando insuficiente uma visão local sobre os problemas locais, por ser “provável que as causas desses problemas não se restrinjam a fatores caracterizados pela proximidade geográfica”²³. Efetivamente, as realidades e acontecimentos locais são, hoje, condicionados por outros que ocorrem noutras partes do mundo - tomemos o exemplo das alterações climáticas, da poluição, das crises económicas/financeiras globais, da guerra, das pandemias sanitárias e de fenómenos como a pobreza, o desemprego e a precaridade laboral.

A globalização tem impactos concretos e significativos na vida das sociedades e das pessoas de todas as regiões do planeta. **Esses impactos são diferenciados em função da região do mundo, dos países, dos grupos sociais e, também, em razão do sexo dos indivíduos.**

Algumas das consequências da globalização são o agravamento das desigualdades entre ricos e pobres, a desestruturação de economias locais, o aumento do desemprego nos países mais ricos, a propagação dos vínculos precários e a redução de salários em alguns sectores e profissões devido à intensificação da concorrência global. **As implicações da globalização no mundo do trabalho são sentidas por homens e por mulheres, mas estas últimas devem merecer uma especial atenção** por, em todo o mundo, estarem em situação de desvantagem no emprego: estão sobre-representadas entre as pessoas que recebem baixos salários, entre as que têm trabalhos informais e estão sub-representadas nos cargos de decisão nas empresas. Adicionalmente, a disparidade salarial continua a ser uma realidade que se observa em todos os países, mesmo naqueles em que as mulheres têm níveis de qualificação superiores às dos homens. Na União Europeia, por exemplo, a disparidade entre mulheres e homens em matéria de remuneração média por hora situa-se na ordem dos 16%²⁴. Embora tenha havido progressos nessa matéria a nível global, Guy Ryder, no prefácio do relatório da 107ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, considera “lentos, irregulares e inseguros” os passos que nos aproximam do objetivo da igualdade no emprego²⁵.

É também expressão da globalização o fenómeno de deslocalização industrial, que se explica pela procura de mão de obra mais barata em países empobrecidos, cujos mercados de emprego são menos regulados. É frequente as empresas atuarem em vários países, sendo que, normalmente, apenas a produção é deslocalizada, mantendo-se a administração das empresas nos países de origem, onde os trabalhadores e as trabalhadoras têm melhores salários. Os lucros destas empresas, bem como os produtos fabricados em diferentes partes do planeta, são maioritariamente destinados aos países mais ricos.

Importa reconhecer as condições de trabalho desumanas que têm as pessoas que trabalham nas fábricas nos países empobrecidos que concorrem para a maximização dos lucros das empresas multinacionais e para a redução dos preços dos produtos nos países com níveis de rendimento mais elevados. Salários baixos, longas horas de trabalho ou horários de trabalho desregulados, inexistência de contratos, inexistência de licenças em caso de doença ou maternidade, impossibilidade de sindicalização, ambientes sem condições mínimas de salubridade são algumas das condições com que se confrontam as pessoas que trabalham nestas fábricas.

Há que ressaltar, no caso das mulheres, alguns fatores adicionais de risco: auferem salários ainda mais baixos do que os seus pares do sexo masculino, têm menor probabilidade de exercer cargos de chefia, sofrem pressões para não engravidar e penalizações quando isto acontece e é maior a sua vulnerabilidade ao assédio sexual e a maus-tratos²⁶. Os seus baixos rendimentos explicam, em parte, a situação de pobreza que afeta de forma particularmente gravosa as mulheres, que são 70% das pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia e têm menos de 1% da propriedade a nível mundial²⁷.

Estas dificuldades vividas pelas mulheres têm consequências gravosas para as próprias, mas também para as famílias e comunidades, desde logo porque as mulheres assumem a grande maioria das responsabilidades domésticas e a prestação de cuidados às crianças, pessoas idosas, pessoas doentes ou com deficiência. São igualmente as que desempenham as chamadas profissões dos cuidados, de forma (mal) remunerada. O desgaste destas atividades e profissões tem um impacto significativo na saúde e no bem-estar das mulheres, comprometendo também a qualidade de vida e a resposta às necessidades das pessoas que delas dependem. Uma alteração desta condição desigual e vulnerável das mulheres teria reflexos positivos também nas suas famílias e comunidades, dado que “comparadas com os homens, as mulheres dos países em desenvolvimento reinvestem uma parte consideravelmente superior dos seus rendimentos nas suas famílias”.

A globalização traduz-se também no aumento do fluxo mundial de pessoas. Muitas fazem deslocções de carácter pontual para atividades de lazer ou por razões de trabalho, outras saem dos seus países de origem à procura de melhores condições económicas, para ir ao encontro de familiares e para realizar objetivos de formação académica. Porém, outras saídas são forçadas, explicando-se pela

necessidade de fugir à fome, à pobreza, a conflitos armados, a regimes opressivos ou a catástrofes naturais. Muitas dessas pessoas têm perdido as suas vidas no decurso das viagens perigosas e outras vivem em condições desumanas nos países de destino.

O número de homens, mulheres e crianças que pedem proteção internacional na União Europeia é crescente e sem precedentes. Vivem a exigente experiência de lidar com a incerteza, com longas esperas pelo estatuto de refugiado/a, com perdas diversas e com a angústia que advém de terem deixado pessoas significativas nos países de onde escaparam. Além disso, constituem-se como exigências acrescidas: o desconhecimento da língua e da cultura do país de destino, bem como a estigmatização social que têm de enfrentar.

Nestas circunstâncias, **as mulheres e raparigas têm necessidades de proteção específicas**, desde logo porque são mais vulneráveis à violência sexual nos seus países de origem, de trânsito e de destino²⁸. Não são incomuns, por exemplos, as pressões para a troca de relações sexuais pelo pagamento da viagem ou pela documentação necessária para viajar²⁹.

Há ainda que referir o fraco acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, a falta de privacidade, o assédio sexual e os constrangimentos relacionados com a higiene menstrual por ser difícil o acesso à água.

As mulheres requerentes de asilo estão também mais expostas à violência exercida por traficantes ou contrabandistas ligados a redes criminosas de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, que constitui o principal objetivo do tráfico, representando 56% dos casos registados de tráfico de seres humanos. **Estas situações afetam de forma desproporcional as mulheres e raparigas, que são 95% das vítimas de tráfico com fins de exploração sexual**³⁰. O tráfico humano existe para exploração laboral, mendicância forçada, extração de órgãos, casamentos forçados e atividades criminosas. Há um número crescente de vítimas de tráfico humano, que saem forçadas ou enganadas com promessas falsas, sendo colocadas em situações de exploração, das quais têm dificuldade em escapar.

Quanto às pessoas que emigram, há que reconhecer que não constituem um grupo homogêneo, estando, muitas vezes, em situação de particular vulnerabilidade. Enfrentam vários desafios e fatores de desvantagem como, por exemplo, trajetórias profissionais frequentemente marcadas pela exploração laboral: é habitual ocuparem-se dos trabalhos menos bem remunerados, exercerem funções subalternas ou para as quais têm qualificações superiores e terem jornadas longas em horários atípicos, nem sempre vendo garantidos os seus direitos laborais. A sua integração nas sociedades de acolhimento é desafiante, caracterizada por dificuldades de regularização e várias adaptações à cultura, aos modos de vida e à língua. Estas pessoas enfrentam, com frequência, tratamentos discriminatórios e até injuriosos nos locais de trabalho e nas interações sociais quotidianas e encontram dificuldades acrescidas no acesso à saúde e à habitação. **A acrescentar aos habituais fatores de discriminação das pessoas**

migrantes (nacionalidade, cor de pele, cultura, religião, etc.) soma-se, no caso das mulheres, a discriminação em razão do sexo.

Em contrapartida, há que sublinhar que, **em alguns casos, as trajetórias de migração são emancipatórias**. Há mulheres que têm, nas sociedades de acolhimento, mais direitos assegurados e sofrem menos discriminações do que nas sociedades de origem. Para além disso, no contacto com outras culturas, e apesar de não haver sociedades perfeitas, algumas desenvolvem um olhar mais crítico e informado com os papéis tradicionais de género, o que poderá conduzir a renegociações do lugar que ocupam na família e na sociedade.

Importará ainda referir que **há rotas migratórias fortemente feminizadas, ligadas sobretudo ao trabalho doméstico e à prestação de cuidados**, cuja procura tem crescido devido ao aumento da esperança de vida nos países centrais e à elevada participação das mulheres no mercado de emprego, contando, estas últimas, com o apoio de mulheres de outras geografias para assegurar os cuidados que tradicionalmente têm nas suas mãos. O sector de trabalho doméstico é pouco regulado e de difícil supervisão, o que potencia abusos vários que devem merecer a nossa atenção.

É expectável que os fluxos migratórios se mantenham ou que até se intensifiquem no futuro. As desigualdades económicas entre regiões do mundo, os conflitos armados e os problemas que decorrem das alterações climáticas são alguns dos fatores que fundamentam esta previsão.

Quanto às alterações climáticas, indissociáveis da globalização económica, importa reconhecer a gravidade do problema para todos os seres vivos que habitam o planeta e sublinhar a forma como estas afetam as mulheres de forma particular. Estas alterações têm efeitos negativos sobre os recursos naturais, reduzindo a disponibilidade de alimentos, o que prejudica especialmente as mulheres, visto que, ao estarem entre as pessoas mais pobres do mundo, são as que dependem mais diretamente dos recursos naturais para garantir a sua subsistência³¹.

De referir ainda que sendo as mulheres, em alguns países, as responsáveis por transportar a água para casa, são também elas que percorrem maiores distâncias nos casos em que há escassez de água. Dificuldades acrescidas na provisão da água aumentam a probabilidade das raparigas desistirem de frequentar a escola para apoiar as mães.

É, ainda, expectável que o aumento das temperaturas, a redução da biodiversidade e as catástrofes naturais venham a traduzir-se em exigências acrescidas em termos de necessidades de apoio em caso de doença. Tal afetará as mulheres de forma particular, aumentando a pressão sobre elas, dado que assumem tradicionalmente as responsabilidades de cuidado de outras pessoas³².

Por outro lado, **as mulheres são particularmente vulneráveis aos desastres naturais**, como lembrava o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, na sessão de abertura da 66^a reunião da Comissão sobre o Estatuto da Mulher “quando ocorrem catástrofes climáticas, como tem vindo a acontecer de forma crescente, a ciência mostra que as mulheres e as crianças têm até 14 vezes mais probabilidades de morrer do que os homens”³³. De notar ainda que a pobreza amplia a dificuldade das mulheres em recuperar e reconstruir as suas vidas após um desastre, aumentando as probabilidades de ocorrer violência sexual contra meninas e mulheres e potenciando o risco de casamentos forçados, tráfico, prostituição, entre outros problemas.

O Comité CEDAW das Nações Unidas³⁴, atento a este contexto tem vindo a adotar várias Recomendações Gerais que procuram, acima de tudo, dar resposta às necessidades e aos problemas que, em particular as mulheres, enfrentam quando optam por emigrar, por fugir a conflitos, à pobreza, à violência, aos impactos das alterações climáticas, em situações de procura de refúgio. Assim, existem 4 Recomendações cujas propostas devem ser analisadas e refletidas. São estas:

- Recomendação nº 26: mulheres trabalhadoras imigrantes
- Recomendação nº 32: Dimensões de género do estatuto de refugiada, asilo, nacionalidade e apatridia de mulheres
- Recomendação nº 37 sobre a dimensão de género da redução de risco de desastres no contexto das alterações climáticas
- Recomendação nº 38: Sobre tráfico de mulheres e raparigas num contexto de migração global

A globalização é, também, indissociável da intensificação das redes de comunicação que ligam e atravessam o mundo. Os empregos tecnológicos estão, hoje, entre os mais bem remunerados, sendo associados a elevados níveis de empregabilidade e melhores perspetivas de futuro. Verifica-se que no setor digital as mulheres têm vindo a estar sub-representadas. Na Europa, por exemplo, a percentagem de homens que trabalha neste sector é três vezes superior à percentagem de mulheres. Em 2020, de entre as pessoas especialistas empregadas na área das Tecnologias de Informação e Comunicação, apenas 18,5% eram mulheres³⁵. As raparigas continuam a ser minoritárias nos cursos tecnológicos e de engenharia em todo o mundo. **Estes números desiguais são reflexo de práticas organizacionais, preconceitos, estereótipos e expectativas diferenciadas quanto às trajetórias profissionais de homens e mulheres**, com reflexos negativos no estatuto e no rendimento destas últimas.

As mulheres e as raparigas estão mais frequentemente em risco de ser vítimas de violência online. O risco de experienciarem abuso em ambiente virtual é 27 vezes superior por comparação com os homens³⁶. Os dados relativos às jovens mulheres são particularmente alarmantes: 1 em cada 4 já foi assediada sexualmente ou foi vítima de *stalking online*³⁷; na Europa, 9 milhões já experienciaram algum tipo de *cyber* violência antes dos 15 anos.

A violência *online* contra mulheres e raparigas pode assumir várias formas: discursos de ódio sexistas, *cyber-bullying*, assédio *online*, *stalking*, violência sexual com base em imagens, *hacking*, falsificação/roubo de identi-

dade *online*, *sexting* abusivo, “recrutamento” para tráfico sexual e prostituição, *grooming online*, entre outras³⁸.

Apesar disso, há que afirmá-lo, **as redes de comunicação e a mobilidade entre países têm aberto importantes brechas para a emancipação e solidariedade entre mulheres à escala global**. Mulheres que vivem em sociedades em que os direitos humanos das mulheres estão mais comprometidos têm mais facilidade de contactar com modelos mais igualitários. Podem também contar com o apoio de redes de solidariedade e movimentos transnacionais que têm tido um papel relevante na defesa dos direitos das mulheres, no seu empoderamento e na denúncia de situações injustas e desumanas.

Tentámos, ao longo do texto, colocar em evidência **possíveis cruzamentos entre o tema da globalização e interdependências e a igualdade entre mulheres e homens**, na expectativa de tornar mais simples a abordagem integrada e simultânea dos dois temas, em intervenções futuras. As relações que têm entre si são muito mais vastas e impossíveis de abarcar num texto desta natureza, pelo que caberá a cada educador/a dar continuidade a este trabalho e de procurar “interseções”!

Para consultar diretamente a proposta educativa, [clique aqui](#).

21 - Giddens, Anthony. (2002). O Mundo na Era da globalização. 4ª Edição, Lisboa: Editorial Presença.

22 - Esteves, Alexandra; Barbosa, Ana; Madeira, Eliana; Barbosa, Gabriela; Oliveira, Joana; Cardoso, Jorge; Coelho, La Salete; Neves, Luísa & Gonçalves, Teresa (2018). Global Schools: propostas de integração curricular de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global no 1º e 2º CEB.

23 - Coelho, La Salete; Mendes, Carolina & Gonçalves, Teresa (2015). Experimentando novas epistemologias: A Educação para o Desenvolvimento na Formação Inicial de Professores. Sinergias: diálogos educativos para a transformação social, 2, 46-63.

24 - Parlamento Europeu (2021). Resolução do Parlamento Europeu, de 21 de janeiro de 2021, sobre a Estratégia da UE para a Igualdade de Género. Jornal Oficial da União Europeia, Artigo 2021/C 456/19.

25 - Diretor-Geral (2018). Iniciativa Mulheres no Trabalho: o impulso para a igualdade (Relatório I (B)). Bureau Internacional do Trabalho.

26 - Ascoly, Nina (2005). Fabricado por Mujeres: Género, la industria de la confección global y el movimiento por los derechos de las trabajadoras. Campaña Ropa Limpia.

27 - Langensiepen, Katrin (2022). Committee on the Internal Market and Consumer Protection (2022/2013 (INI)). European Parliament.

28 - Parlamento Europeu (2016). Relatório sobre a situação das mulheres refugiadas e requerentes de asilo na UE.

29 - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2016, janeiro, 26). Mulheres refugiadas que se deslocam pela Europa estão correndo riscos, afirma a ONU. ACNUR Brasil (consultado a 29/03/2022).

30 - Comissão Europeia (2018). Segundo relatório sobre os progressos realizados na luta contra o tráfico de seres humanos (2018).

31 - United Nations Human Rights (s.d.). Climate Change: Protecting Women's Rights [Brochura].

32 - Neves, Núria Araújo (2019). Género e alterações climáticas: a influência de gender mainstreaming na implementação de projetos de desenvolvimento. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Instituto Superior de Economia e Gestão.

- 33 - Nações Unidas (2022, março, 16). ONU debate igualdade de género num contexto de alterações políticas, económicas e climáticas. Nações Unidas: Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental.
- 34 - A Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) é o tratado internacional de direitos humanos que enuncia os direitos de todas as mulheres e raparigas e que visa eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres bem como alcançar a plena igualdade entre mulheres e homens. Foi adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1979, tendo entrado em vigor em 1981. Portugal ratificou a CEDAW em 1980, e desde então o Estado Português está obrigado a transpor o articulado da Convenção bem como os textos interpretativos da mesma (as Recomendações Gerais adotadas pelo Comité CEDAW) para a legislação e políticas. Mais informação sobre a CEDAW [aqui](#).
- 35 - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2021). A Igualdade de Género em Portugal e a Transição Digital [Brochura].
- 36 - United Nations Broadband Commission for Digital Development (2015). Cyber Violence Against Women and Girls: A World- Wide Wake-Up Call.
- 37 - Pew Center Research (2014). Online Harassment.
- 38 - European Women's Lobby (2017). #HerNetHerRights: Mapping the state of online violence against women & girls in Europe.

Pobreza e Desigualdades na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens



A pertença sexual e o nível de riqueza ou de pobreza dos indivíduos constituem os dois principais factores de desigualdade social, presentes em todo o mundo. As condições materiais em que vivem mulheres e homens variam de acordo com os respetivos grupos sociais de pertença, assim como da região e do país em que vivem. Apesar disso, em todo o mundo, as mulheres deparam-se, em geral, com mais obstáculos e dificuldades, encontrando-se mais sujeitas à privação material, à precariedade ou exclusão social do que os seus pares masculinos. Não há nenhum país onde a igualdade entre mulheres e homens seja plena e efectiva, ou substantiva, como a designa a ONU.

As **desigualdades entre mulheres e homens** marcam as sociedades de todo o mundo³⁹ e o seu rosto mais visível (e talvez aquele que a estatística melhor revela) é o da desigualdade material. Como se associam a riqueza e a pobreza a homens e a mulheres? Como se desenvolvem e qual a frequência e predominância dos processos de enriquecimento e de empobrecimento em mulheres e em homens em todo o mundo? Perguntar como se caracteriza uma pessoa rica e uma pessoa pobre e a seguir solicitar exemplos concretos (com ou sem nome) de pessoas ricas e de pessoas pobres são exercícios simples que nos podem permitir tomar consciência de como, apesar do protagonismo masculino e da invisibilidade feminina que marcam o nosso olhar sobre a realidade humana, a representação da riqueza é predominantemente masculina (e individual) e a da pobreza mais frequentemente feminina (e familiar)⁴⁰.

Ainda que seja histórica e estrutural, esta desigualdade entre mulheres e homens **varia significativamente entre países e regiões** do mundo, tanto quanto ao seu grau e intensidade, como quanto às dimensões da vida coletiva em que se manifesta. Há, portanto, que compreender, por um lado, **o que é comum** às relações de desigualdade social entre as duas metades da humanidade, as suas raízes, e, por outro lado, quais as **configurações específicas** que essas desigualdades assumem no mundo, em função dos contextos económicos, sociais, políticos, culturais, religiosos, mais ou menos conformados por costumes e tradições, a nível nacional e regional, nos quais se insere a vida dos indivíduos. Apesar desta diversidade, as desigualdades entre homens e mulheres são, no essencial, de dois tipos: de **condições de vida material** e de **acesso ao (e exercício do) poder**. São estes dois tipos de desigualdade que indissociavelmente explicam, em grande parte, o nível de exclusão e de inclusão social de homens e de mulheres, com um generalizado acréscimo de penalização para as mulheres.

Partindo destes pressupostos, vejamos as principais dimensões da desigualdade entre mulheres e homens que estão presentes no fenómeno da pobreza e que integram e proporcionam ou facilitam, de forma desigual, o empobrecimento ou o enriquecimento de umas e de outros.

Em média, **os rendimentos do trabalho** de homens e de mulheres são profundamente desiguais. No mundo, enquanto os homens recebem cerca de dois terços (65%) do total de rendimentos obtidos através do trabalho, as mulheres recebem pouco mais de um terço (35%), variando entre cerca de 40%

nos EUA e 29% na África Sub Sahariana⁴¹.

Os **efeitos mais diretos desta desigualdade** diferem conforme as regiões do mundo, ainda que em todas elas os riscos de pobreza sejam mais elevados para as mulheres. No ocidente, as diferenças de rendimentos proporcionam níveis de bem-estar material e possibilidades de acumulação de riqueza individual superiores nos homens, comparativamente àquilo que se verifica com as mulheres (cuja situação individual está mais condicionada pelo nível de bem-estar material da família e/ou do grupo social). Estes níveis de bem-estar material fazem-se sentir diretamente, quer a nível da capacidade individual de usufruir de bens e de serviços, essenciais e supérfluos, quer ao nível da educação e das oportunidades oferecidas a filhas e filhos.

A situação de **monoparentalidade** agrava os efeitos desta diferença de rendimentos tendo em conta que as mulheres são responsáveis por 84% das famílias monoparentais⁴² a nível mundial⁴³ o que gera dificuldades económicas acrescidas, em especial face a fenómenos de especulação (imobiliária, por exemplo, com repercussões no acesso à habitação) e de inflação (de bens essenciais, mas também de serviços básicos, sobretudo quando as mulheres não estão em condições de beneficiar, por exemplo, de serviços de saúde gratuita para si e/ou para as suas crianças). As diferenças entre as **taxas de pobreza das famílias monoparentais** a cargo de mulheres e das famílias a cargo das duas pessoas progenitoras existem em todo o mundo e variam consideravelmente entre os países (entre menos de 5% no México e cerca de 50% no Luxemburgo)⁴⁴.

Para além disso, as diferenças de rendimento traduzem-se em **percursos contributivos** distintos de homens e de mulheres conduzindo a diferenças igualmente significativas nas reformas de uns e de outras. Em Portugal, em 2019, as reformas de velhice das mulheres eram, em média, cerca de 28% mais baixas do que as dos homens⁴⁵. Esta assimetria de rendimentos no fim da vida, comum a inúmeros países, tem um impacto direto no nível de bem-estar material, de riqueza, de pobreza ou de empobrecimento na terceira idade, quando as despesas de saúde vão aumentando de forma continuada e numa etapa da vida onde a **longevidade das mulheres** é superior à dos homens (em 2017, quase dois terços da população do mundo com mais de 80 anos era do sexo feminino)⁴⁶.

A **presença de crianças**, mais frequente na vida das mulheres do que na vida dos homens, traço comum a todo o mundo, implicam ainda encargos financeiros permanentes, superiores nas mulheres do que nos homens⁴⁷. Estes factores contribuem para que haja mais riscos de empobrecimento e de pobreza (relativa ou extrema) nas mulheres do que nos homens. Nos países onde não existem, ou não estão suficientemente generalizados, sistemas de protecção social ou onde estes serviços funcionam com graves deficiências, as diferenças entre os rendimentos de mulheres e de homens colocam as primeiras em situações de maior vulnerabilidade face à pobreza, em particular à pobreza extrema.

Para este tipo de desigualdade são particularmente relevantes o acesso ao **emprego**, bem como à **saúde**, em especial ao planeamento familiar com repercussões inevitáveis no número de filhas/os por mulher.

Com efeito, as diferenças nos rendimentos estão intimamente ligadas ao grau de **participação no mercado de trabalho** e à situação face ao emprego de mulheres e de homens. Segundo a OIT “independentemente do nível de rendimento, em todos os países e em qualquer faixa etária, as taxas de participação das mulheres são sempre inferiores às dos homens”⁴⁸. Apesar do equilíbrio numérico entre os dois sexos, o peso das mulheres na população empregada (39,2%) é significativamente inferior ao dos homens (60,8%)⁴⁹.

Se olharmos para os universos masculinos e femininos, a nível mundial, verificamos que enquanto a **situação familiar** não interfere significativamente na situação dos homens face ao mercado de trabalho (situando-se a média do seu grau de participação sempre acima dos 90%), nas mulheres o seu grau de integração no mercado de trabalho, que se situa, em média, em cerca de 51%, varia de forma indiscutível segundo a sua situação familiar (entre cerca de 84% para as mulheres que vivem sozinhas e 41% para aquelas que vivem com crianças com menos de 6 anos)⁵⁰.

Estas variações podem ser mais ou menos significativas, mas existem em todas as regiões, incluindo na Europa e, também nesta, com diferenças entre países de acordo com, entre outros factores, o peso do **trabalho a tempo integral** (isto é, correspondente a uma jornada completa de trabalho diário – 7h ou 8h em muitos países do ocidente) e do **trabalho a tempo parcial** (correspondente a algumas horas de trabalho diário ou semanal, por vezes a meia jornada) na vida laboral das mulheres. Na União Europeia, em 2020, 30 % das mulheres empregadas trabalhavam a tempo parcial, em comparação com 8 % dos homens⁵¹. A chamada «**diferença salarial na maternidade**» penaliza fortemente as mulheres que são mães face àquelas que não o são. Concorrem para esta situação diversos factores, quer ao nível das opções individuais (interrupção da actividade profissional, redução do número de horas de trabalho, escolha de empregos próximos do local de residência, ainda que com salários mais baixos), quer ao nível das dinâmicas estereotipadas presentes em muitas organizações empregadoras (recrutamento, carreiras). Contrariamente com o que sucede com as mulheres, não parece haver a mesma penalização salarial decorrente da paternidade, havendo mesmo evidências do contrário: homens que são pais beneficiam de reforços remuneratórios⁵².

A **dimensão das famílias** é também um fator que condiciona o acesso das mulheres a rendimentos do trabalho. Contrariamente aos países onde estão assegurados os direitos sexuais e reprodutivos e se confere uma indiscutível importância ao planeamento familiar, assegurando-se o acesso a consultas médicas e a meios contraceptivos, incluindo os de uso controlado pelas mulheres, nos países onde estas condições não se verificam, por motivos culturais, religiosos ou políticos, as famílias são mais extensas. O tipo de família alargada é mais frequente nestes países, mas sobretudo o número de crianças

por família é significativamente mais elevado.

Para além disso, a prática dos **casamentos precoces** de meninas e de raparigas, frequentemente realizados com homens de idade muito superior e, em muitas regiões com baixos rendimentos, como uma das formas de diminuir os números de bocas a alimentar nas famílias⁵³, coloca-as em risco de viuvez igualmente precoce, elevando o número de mulheres sozinhas com, em número mais ou menos elevado, crianças a cargo.

Uma segunda dimensão da desigualdade entre mulheres e homens diz respeito ao peso do trabalho pago e do **trabalho não pago** na vida de umas e de outros, numa associação direta com o grau de partilha dos encargos e das responsabilidades familiares, domésticas e do cuidado.

Apesar de se verificarem mudanças, ainda é comum a associação das competências laborais (trabalho remunerado), especializadas ou indiferenciadas, à masculinidade dominante, esperando-se que a subsequente obrigação do **sustento da família** seja a função primordial dos homens, numa lógica de proteção alargada e de responsabilidade pela segurança (a diferentes níveis) dos membros da família. No mesmo sentido, é bem menos expectável (e até desvalorizado ou menosprezado, em muitas regiões, culturas e grupos sociais) o exercício de funções ligadas ao cuidado pelos homens (incluindo daqueles que são pais). Estas expectativas e as correspondentes práticas sociais (no quadro ou fora do quadro legal de cada país) estão patentes, por exemplo, em muitos países do ocidente, em especial na Europa, nas diferenças entre o usufruto das licenças de **maternidade e de paternidade** e das licenças de **parentalidade** partilhadas. As horas de trabalho pago correspondem assim a uma importante fatia do tempo de vida dos homens⁵⁴.

Por sua vez, em todo o mundo, as mulheres são vistas, de uma forma geral, como *naturais* cuidadoras, numa lógica que associa reprodução humana (conceção, gestação e parto) e função social de cuidar (alimentar, limpar, tratar). O corpo das mulheres é central no modo como se percebe a *pessoa mulher*. Em consonância, a função da **maternidade** suplanta qualquer outra função ou papel social. Atualmente, considera-se que este *destino atribuído* às mulheres e designado, genericamente, por **cuidar**, integra duas dimensões claramente distintas: o trabalho doméstico e o cuidado de pessoas (crianças, ascendentes ou pessoas com incapacidades temporais ou permanentes). Em todos os grupos sociais e em todo o mundo, espera-se que o tempo da vida seja prioritariamente⁵⁵ dedicado (física ou/e psicologicamente, ao nível do fazer e ao nível da responsabilidade para que se faça ou apareça feito) a este **trabalho não pago**, realizado todos os dias, de forma repetitiva, regular e ao longo de todos os dias da semana, do mês, do ano, da vida. Sem salário, sem férias, sem subsídios e sem direito a baixas médicas.

Cuidar é entendido como parte *natural* das funções básicas dos seres humanos do sexo feminino, e apenas destes. O cuidado é assegurado por milhões de pessoas e constitui, de acordo com inúmeras/os cientistas sociais⁵⁶, a base do sistema produtivo em todo o mundo. Uma massa humana, mundial, cujo

trabalho é invisível dado que não existe enquanto trabalho (leia-se “pago” dado ser este o significado da palavra “trabalho” para a economia e a política, desde o século XIX, e que, como tal, figura na maioria dos censos).

Outra consequência, para as mulheres, deste trabalho não remunerado é que a sua duração, absoluta e relativa (o triplo daquilo que sucede com os homens)⁵⁷, **retira tempo às mulheres** para se dedicarem ao trabalho pago, impedindo-as de se **integrarem plenamente no mercado de trabalho**, seja de o fazerem a tempo integral, seja de aceitarem horários e locais que exigem maior liberdade face a obrigações de cariz pessoal ou familiar. O trabalho a **tempo parcial** ou a opção pela **saída temporária do mercado de trabalho** durante a infância de filhas e filhos, como sucede em alguns países da Europa, onde a Holanda é o exemplo mais paradigmático, conduzem a uma enorme redução nos rendimentos das mulheres e nas respetivas contribuições sociais ao longo da sua vida, com efeitos muito negativos, quer nas suas reformas, quer em situações de alteração da sua vida familiar, como seja separação/divórcio (quando ficam com as crianças a cargo), quer ainda na redução da capacidade de resposta em caso de necessidade de saída de casa, em caso de violência doméstica (levando frequentemente as crianças consigo). Sublinhe-se que a interrupção da actividade profissional por parte de jovens mães acarreta consequências irreparáveis nas suas carreiras profissionais.

Este **tempo que falta às mulheres**, e que serviu de mote ao livro de Maria Angeles Durán, *El valor del tiempo ¿cuántas horas te faltan al día?*, conduz não apenas à sua exclusão do mercado do trabalho mas também de inúmeras actividades sociais (incluindo de usufruto do lazer ou da cultura, por exemplo) e de participação cívica, do exercício de cargos de chefia ou funções de **tomada de decisão**, política e económica, seja em parlamentos nacionais e presidências autárquicas, seja em administrações de empresas, conselhos directivos de universidades ou direcções de associações de todo o tipo (de cujo acesso é suposto que homens e mulheres possam beneficiar em pé de igualdade). Ora, é o poder de tomar decisões com efeitos na vida das pessoas que permite alterar as regras de funcionamento das sociedades e as práticas que predominam no modo como se espera que mulheres e homens vivam. Encontrando-se excluídas deste poder (porque foram excluídas ou se auto-excluíram), a tomada de decisão não é, como deveria ser, partilhada por homens e por mulheres, condição imprescindível para que estas respondam melhor e de forma mais ampla às necessidades de todas as pessoas, quer de mulheres, quer de homens, atendendo às suas necessidades e visando diminuir, até eliminar, as desigualdades sociais entre umas e outros. Veja-se, por exemplo, o caso do acesso às heranças ou à propriedade que a lei mantém reservado aos homens, em alguns países do mundo, impedindo as mulheres de continuarem a cultivar a terra, sustentando-se a si e às suas famílias, em caso de viuvez⁵⁸.

Uma terceira dimensão das desigualdades sociais entre mulheres e homens diz respeito à **educação**. Se nos países com rendimentos elevados não parece haver diferenças significativas no acesso das crianças de um ou de outro sexo à escola, o mesmo não sucede nos países com rendimentos baixos, nem da mesma forma entre as crianças de famílias com rendimentos altos, médios ou baixos⁵⁹. A média mun-

dial da **exclusão das meninas da escola** é superior à dos meninos. E o **cuidado é a principal razão** dessa exclusão: assegurar o cuidado das irmãs e irmãos e das tarefas domésticas, ajudando as mães, em especial nas famílias numerosas, ou substituindo-as enquanto elas se dedicam a outros trabalhos que permitam sustentar a família (cultivo da terra ou trabalho do cuidado informal para terceiras pessoas, por exemplo), em muitos países do mundo, independentemente do índice de desenvolvimento. No caso das regiões com rendimentos mais baixos e com escassez de água potável, realizar as deslocamentos necessárias para transportar e trazer água todos os dias é outro exemplo dos motivos que explicam que sejam as meninas as primeiras a deixar de frequentar a escola em muitas regiões do mundo. O casamento precoce de meninas constitui outro fator que explica a sua exclusão da escola, verificando-se que, em muitos países, cerca de 50% das meninas das zonas rurais são sujeitas a este costume⁶⁰.

Analfabetismo e iliteracia são pois mais frequentes no sexo feminino nas famílias pobres (e frequentemente mais numerosas) e nas regiões com maior escassez de recursos naturais. Torna-se, assim, mais difícil para as mulheres dominarem a informação fundamental para a melhoria da sua situação material, nomeadamente, sobre o **sistema bancário e o acesso ao crédito**, quando ele existe e/ou quando apresenta condições acessíveis para a população mais pobre. O mesmo se passa em relação ao acesso aos programas e apoios ao empreendedorismo os quais podem permitir encontrar alternativas, como seja adquirir terras mais férteis ou realizar outras actividades produtivas e rendíveis, ou introduzir melhorias nas formas de sustento existentes, como é caso da agricultura de subsistência, a cargo predominantemente das mulheres, resolvendo problemas criados, por exemplo, pela seca e desertificação decorrentes das alterações climáticas ou pelas alterações provocados por cultivos intensivos explorados por grandes empresas, originárias de países ricos, ou resultantes da dependência comercial entre países com diferentes índices de desenvolvimento⁶¹.

A **falta de escolarização** traz consigo um aumento exponencial, quer das dificuldades em aceder a um trabalho digno e a rendimentos que permitam viver sem estar permanentemente em risco de pobreza, ou de empobrecimento, quer das probabilidades de envolvimento forçado em redes de exploração laboral, de maior ou menor amplitude, locais, regionais ou mundiais, como é caso do tráfico de seres humanos. Também neste caso a situação das raparigas e das mulheres é mais grave dado o poder das redes de tráfico para fins de exploração sexual de mulheres e de crianças, em especial meninas, e as subsequentes condições de privação total e de pobreza extrema em que vivem.

Nos países onde está garantido o acesso à escola, a desigualdade entre os sexos consiste na forte **segregação sexual dos percursos escolares** e das escolhas das áreas de conhecimento e, mais tarde, das actividades profissionais. A incidência das raparigas nos cursos de humanidades face à predominância dos rapazes nos cursos científicos e tecnológicos está intimamente ligada à concentração das mulheres nas áreas profissionais e nos sectores de emprego com remunerações mais baixas e dos homens naqueles onde se auferem salários mais elevados. A **segregação sexual horizontal do mercado de trabalho** é uma das principais causas das diferenças de rendimentos entre mulheres e homens.

O caso mais paradigmático é o da evolução dos cursos de Tecnologias de Informação e Comunicação. Em 2020, na Europa, do grupo de profissionais em TIC, 81,5% eram homens e 18,5% eram mulheres. Atualmente esta área é determinante para o desenvolvimento económico e social, apresentando um dos maiores níveis de empregabilidade, com índices elevados de remuneração. Na Europa, na década anterior, enquanto o emprego cresceu em média cerca de 5,5%, o emprego em TIC cresceu 50%⁶². A **digitalização da economia** nos dois últimos anos acelerou este crescimento constatando-se que, nos anos de pandemia provocada pelo COVID 19, enquanto o emprego diminuiu, o emprego em TIC evoluiu no sentido inverso, aumentando sempre e progressivamente. Todavia, nos cursos em TIC, assim como nos/as profissionais em TIC, a média da taxa de feminização na Europa permanece abaixo do terço. Em Portugal, a presença de raparigas nos cursos de TIC que, em 2000, era de 26%, foi diminuindo a partir de 2007 e apenas nos últimos cinco anos voltou a subir situando-se nos 20% em 2020⁶³.

Se a tendência para este profundo desequilíbrio se mantiver, coloca-se o problema de se anularem os esforços para diminuir a **diferença de rendimentos entre homens e mulheres** e regressar a tendência para o seu aumento (e talvez de forma continuada, durante algum tempo). Esta segregação sexual verifica-se igualmente na formação profissional de níveis 1 a 4. Os cursos profissionais frequentados por rapazes correspondem a áreas técnicas ou tecnológicas enquanto os que são frequentados por raparigas são predominantemente das áreas sociais (educativas, administrativas e de saúde), com os correspondentes efeitos nos níveis remuneratórios. As profissões ligadas ao cuidado continuam a ser mais desempenhadas por mulheres e as profissões técnicas e tecnológicas continuam a estar mais a cargo dos homens.

Os **contextos culturais e políticos**, associados, ou não, às **condições naturais**, são uma última dimensão a ter em conta no agravamento ou diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, com efeitos nos seus níveis de privação e pobreza. A **geografia** pode facilitar ou criar obstáculo à **circulação** de pessoas e os governos, a nível nacional e local, podem contribuir para diminuir os obstáculos naturais (abrindo vias e favorecendo meios de transportes coletivos) e permitir uma circulação segura e rápida, com menos custos, materiais e de tempo, para quem necessita de se deslocar entre o local onde habita e os locais onde se abastece e onde trabalha.

As **acessibilidades e as distâncias** são factores determinantes no acesso à habitação em muitos países. Os custos de aluguer, compra (ou até mesmo de construção própria), indissociáveis da qualidade de construção das casas, condicionam as escolhas de homens e de mulheres quanto ao local onde podem viver e este é também um fator, entre muitos outros, das diferenças de oportunidades e facilidades de vida, económica e social, entre os diferentes grupos sociais e, nestes, entre homens e mulheres. Viver mais longe dos locais de trabalho tem custos acrescidos para as mulheres, quer no que diz respeito à sua **segurança**, quer no que se refere ao **tempo** necessário para as deslocações diárias. Este problema está menos presente nos homens para quem as horas do dia são mais absorvidas por aquilo que responde às suas necessidades individuais e para quem os riscos de agressão ou são menores ou são per-

cecionados como sendo menores. O tempo e a segurança são aspetos especialmente importantes para as mulheres e raparigas, constituindo, em algumas regiões do mundo, um obstáculo a que procurem e aceitem emprego em locais mais distantes daqueles onde vivem. Neste aspeto importa atender ao impacto da **ruralidade e da urbanidade** na vida de homens e de mulheres e das suas famílias, fatores cuja incidência é indissociável da região do mundo e do país em que se vive.

Os contextos culturais e religiosos são, por sua vez, determinantes para a generalização de **práticas e de costumes sociais mais ou menos igualitários**, que incorporam concepções sobre o que se aceita, se espera, se valoriza, se rejeita ou se menospreza em homens e em mulheres. O corpo é central no modo como as mulheres são percebidas enquanto sujeitos com mais ou com menos direitos, conforme as regiões do mundo. Associada à ideia da responsabilidade pelos/os filhas/os, uma outra visão sobre as mulheres é comum em todo o mundo: o direito dos homens ao corpo feminino que se fecunda e que se controla (assegurando-se o controlo da descendência), que se possui e de que se usufrui. Esta é uma das expressões mais claras das características patriarcais das sociedades humanas, presente na maior parte do mundo, ainda que com manifestações muito diferentes quanto ao grau de domínio masculino exercido sobre as mulheres, em função dos regimes políticos (democráticos ou ditatoriais) da lei, da religião e da cultura.

O **poder que se exerce sobre o corpo das mulheres** é generalizado e manifesta-se de formas distintas, de que são exemplos a moda, publicidade e pornografia ou as designadas práticas tradicionais nocivas comuns em algumas regiões do mundo. Um exemplo destas últimas consiste nas diferentes formas de mutilação genital feminina, através das quais se anula o direito ao prazer sexual das mulheres e se controla a sua sexualidade. Outro exemplo é a prática do costume do Nepal, designado por *chhaupadi* que, como muitos outros em todo o mundo, resulta da noção de pureza e de impureza associada ao corpo feminino e que integra e explica inúmeras práticas de exclusão das mulheres. Neste caso, trata-se do costume de expulsar as raparigas e mulheres de casa durante o tempo em que dura a menstruação, circunscrevendo-as às chamadas cabanas menstruais, estruturas que podem ser de barro, de dimensão ínfima, quase sem circulação de ar e sem condições de aquecimento ou de confeitura, com espaço apenas para uma enxerga ou um estrado para dormir; ou que podem ser de madeira, com uma base e uma cobertura frágil, quase sem paredes e abertas a qualquer ser vivo, humano ou animal. Esta segregação social temporária das mulheres é acompanhada pelo agravamento da sua pobreza extrema e de total privação daquilo que a família continua a usufruir e leva com frequência à sua mortalidade ou violação. Significa isto que, mesmo em situações de pobreza, partilhada por homens e por mulheres, estas vivenciam frequentemente outras situações de exclusão e de privação que agravam as suas já difíceis condições de vida material. A pobreza afeta tanto homens como mulheres, contudo, **na mesma situação de carência, as mulheres estão sujeitas a outras situações que agravam a sua vulnerabilidade** comparativamente àquilo que sucede com os homens pela *naturalização* da sua inferioridade face a estes.

A cultura e os costumes, bem como as **práticas silenciosas e não ditas**, com ou sem ligação à religião, explicam muitas das situações de **exclusão** a que as mulheres estão sujeitas, com repercussões nas suas condições materiais de vida. São disso exemplo os mecanismos de exclusão designados por **teto de vidro**, nos países com elevados índices de desenvolvimento humano, no acesso aos cargos de decisão nas organizações, mas também o modo como as **mulheres em situação de sem abrigo** se tornam invisíveis para os serviços que contabilizam, monitorizam e apoiam a população que vive nestas circunstâncias (e que, durante algum tempo, se classificou apenas como vivendo na rua, condição mais frequente mas sobretudo mais visível nos homens do que nas mulheres, as quais recorrem a estratégias e a soluções de sobrevivência mais diversificadas e mais discretas). As respostas específicas a este tipo de população são dirigidas e beneficiam mais frequentemente os homens do que as mulheres. A mesma vulnerabilidade se aplica às **mulheres refugiadas**, a viver em campos temporários onde, em muitos casos, não têm condições básicas de saneamento e de higiene, com repercussões graves para a sua saúde e para as quais concorrem também os riscos de assédio e de violação quando circulam nestes espaços, sobretudo à noite, para aceder a sanitários, por vezes distantes do sítio onde dormem. Também nestes contextos é frequente a venda de raparigas e de meninas para fazer face à fome por parte do resto da família. Da mesma forma, na **população imigrante**, sem qualificações e em situação de pobreza, o recurso ao trabalho, precário e informal, doméstico e do cuidado, por parte das mulheres invisibiliza-as, retirando-lhes frequentemente o acesso aos apoios sociais a que teriam direito se a sua existência laboral fosse formalizada juntos dos serviços e autoridades do emprego e da segurança social.

Desde os anos 80 do século passado, quando as questões do desenvolvimento humano e das desigualdades económicas e sociais, entre países, grupos e entre homens e mulheres, se tornaram prioridades da agenda internacional, ações mais concertadas e continuadas, iniciativas e programas procuram combater a pobreza e algumas delas fazem-no atendendo às especificidades de mulheres e de homens. O facto dos hábitos masculinos dominantes, nomeadamente de **consumo**, serem mais individualizados e autocentrados, e os das mulheres atenderem mais às necessidades das famílias, permitem compreender o sucesso do **microcrédito**, criado por Muhammad Yunus, em 1980, num país com grandes níveis de pobreza (Bangladesh) para dar resposta às necessidades de produção da população mais pobre. Através de pequenos empréstimos (com uma alta taxa de devolução), o microcrédito teve nas mulheres as suas principais clientes que correspondem, no Bangladesh, a mais de 90% das pessoas que dele beneficiam. O êxito desta iniciativa, hoje praticada por todo o mundo, decorre da abrangência dos benefícios dos empréstimos feitos às mulheres na melhoria do nível de vida das respectivas famílias e no progresso das suas comunidades de pertença.

Para consultar diretamente a proposta educativa, [clique aqui](#).

-
- 39 - Um dos eixos do [Referencial de Educação para o Desenvolvimento](#).
- 40 - Ver proposta educativa “Habitação, Pobreza... e muitas outras desigualdades entre Mulheres e Homens”.
- 41 - [World Inequality Database](#). “Female labor income share”.
- 42 - ONU Mulheres (2019) *El Progreso de las Mujeres en el Mundo. Familias en un mundo cambiante*, p. 36.
- 43 - Em Portugal, em 2020, as mulheres tinham a seu cargo 84,7% das famílias monoparentais (CIG (2021) *Igualdade de Género 2021. População e Saúde*, pp. 4-5) e na União Europeia o seu número era seis vezes superior ao dos homens na mesma situação (Comissão Europeia (2021) [The life of women and men in Europe 2021. INTERACTIVE EDITION](#))
- 44 - ONU Mulheres (2019) *El Progreso de las Mujeres en el Mundo. Familias en un mundo cambiante*, p. 130.
- 45 - CIG (2021) *Igualdade de Género em Portugal. Indicadores-chave 2021*, p.12.
- 46 - ONU Mulheres (2019) *El Progreso de las Mujeres en el Mundo. Familias en un mundo cambiante*, p. 68.
- 47 - Ver dados relativos a Portugal e à Europa no Observatório Nacional contra a Pobreza e no INE
- 48 - OIT, [Relatório Global sobre os Salários 2018/19 O que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres](#) p. 81
- 49 - OIT, [Labour statistics on women](#)
- 50 - ONU, *Progress on the sustainable development goals. The gender snapshot 2019*
- 51 - Comissão Europeia (2021) [The life of women and men in Europe 2021. INTERACTIVE EDITION](#)
- 52 - OIT, [Relatório Global sobre os Salários 2018/19 O que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres](#)
- 53 - ONU Mulheres (2021) [Impactos do COVID 19 em mulheres e raparigas](#)
- 54 - OIT (2020) *Making Women’s Work Visible: The 19th ICLS Standards, Purpose, and Progress*
- 55 - Mesmo que tais expectativas não sejam exclusivas, como é caso das mulheres plenamente integradas no mercado de trabalho, incluindo daquelas com carreiras profissionais exigentes, e com capacidade económica de pagar a terceiras para a realização do trabalho doméstico.
- 56 - Durán Heras, Maria Ángeles (2018) *La riqueza invisible del cuidado*, Valencia, Universitat de València.
- 57 - OIT (2020) *Making Women’s Work Visible: The 19th ICLS Standards, Purpose, and Progress*; OIT, [Relatório Global sobre os Salários 2018/19 O que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres](#)
- 58 - ONU, [Rapport sur le développement humain 2020. La prochaine frontière Le développement humain et l’Anthropocène](#), pp. 72-76.
- 59 - Banco Mundial, [Portal das Estatísticas por Sexo](#) (estatística relativas à educação).
- 60 - ONU (2021) [Mulheres, Impactos do COVID 19 em mulheres e raparigas](#)
- 61 - Algumas das consequências destes fenómenos para as populações são a expulsão ou privação do cultivo da terra ou a alteração de ecossistemas necessários às formas de sustento de comunidades locais. Estes efeitos são particularmente nefastos nos países onde a subsistência está dependente da agricultura a cargo predominantemente de mulheres.
- 62 - Comissão Europeia, [The life of women and men in Europe, 2021 INTERACTIVE EDITION](#).
- 63 - Pordata: [Diplomados no ensino superior em Tecnologias da Informação e Comunicação \(TIC\): total e por sexo](#).

Justiça Social na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens



O conceito de Justiça Social surgiu como uma forma de responsabilizar o Estado pela eliminação das desigualdades particularmente presentes no trabalho e no emprego. Porém, com o tempo, foi-se alargando a outros domínios. Como referido no *Referencial de Educação para o Desenvolvimento*, “a Justiça Social baseia-se num compromisso ético que tem por objetivo a criação e fortalecimento do bem comum,” da igualdade entre mulheres e homens, “da coesão social e territorial e da equidade entre cidadãos, cidadãs e grupos sociais, reconhecendo todas as pessoas, enquanto tal, na sua dignidade”⁶⁴.

A **Justiça Social tem por base um conjunto de princípios** que interagem uns com os outros formando uma espécie de teia. São estes princípios os de **igualdade, distribuição, redistribuição, respeito pela diferença, tolerância, democracia, participação**, equidade⁶⁵, entre outros. São, no fundo, **princípios decorrentes dos movimentos e dos discursos contra discriminações e opressões** em razão do sexo, ascendência, cor da pele língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual⁶⁶.

A Justiça Social é, assim, algo inacabado e em permanente mutação. Relaciona-se com os tempos, com os regimes políticos, com as leis e os costumes e, acima de tudo, relaciona-se com a capacidade e oportunidade reivindicativa dos grupos que sentem a injustiça. São, pois, os **movimentos sociais que impõem a mudanças políticas e sociais**. Tornam públicas as questões da injustiça, moldando a percepção das sociedades, estabelecendo as oportunidades e definindo os desafios, enquadrando interesses e construindo tanto alianças como ruturas.

Mudanças de regimes políticos conduzem, com muita frequência, a mudanças nas leis e nos costumes. Nos momentos imediatamente seguintes, são muitos os grupos que se posicionam e colocam na agenda política e pública as suas necessidades, apresentando respostas a essas necessidades.

Exemplo disso foi a passagem do regime monárquico para o republicano, em Portugal (1910). Estava-se perante um regime político que visava transformar a sociedade e acabar com um sistema baseado no poder, mesmo que simbólico, de um rei, substituindo-o por um sistema baseado nos cidadãos. Várias mulheres republicanas que se autointitulavam feministas foram ativas na instauração da República e nos momentos seguintes. O caderno de reivindicações apresentado, em Dezembro de 1910, pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas integrava questões como a revisão imediata do Código Civil, de onde deveriam ser eliminados os artigos mais vexatórios para as mulheres; o direito a ocupar cargos na Assistência Pública, bem como o acesso a outras profissões e a lugares cimeiros, aos quais deveriam poder concorrer em igualdade de circunstâncias com os homens; o combate à prostituição; o direito de voto (ainda que restringido à mulher comerciante, industrial, empregada pública, administradora de fortuna própria ou alheia, diplomada com qualquer curso científico ou literário e escritora) e o direito de eleger e ser elegível para os cargos municipais⁶⁷.

Pouco tempo depois da instauração da República, foram realizadas várias alterações às leis a favor das mulheres, em boa parte na sequência de reivindicações feitas pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (por exemplo, alterações ao Código Civil, nomeadamente, no que respeita às Leis da Família, e em concreto ao divórcio, colocando mulheres e homens em pé de igualdade). Porém, em matérias que beneficiam diretamente e apenas as mulheres – como o direito ao voto –, o regime republicano primeiro resistiu (nomeadamente à possibilidade de Carolina Beatriz Ângelo ser reconhecida como eleitora, tendo, não obstante, conseguido votar após deliberação do tribunal) e depois proibiu. O direito ao voto só viria a ser consagrado às mulheres que tivessem frequentado o ensino superior ou fossem “chefes de família” em 1931, tendo, em 1968, sido alargado a todas e a todos que soubessem ler e escrever (recordar que, nessa altura, muitas mulheres eram analfabetas) e só após a Revolução de 25 de Abril de 1974 se consagrou o sufrágio universal e se aboliram as restrições ao direito a votar e a ser elegível baseadas no sexo.

Importa ter presente que os primórdios dos movimentos feministas foram os movimentos sufragistas. As mulheres organizavam-se em grupos reivindicando o direito ao voto, sabendo o quanto era importante tomar parte na decisão de eleger representantes para governarem os Estados. Estes eram movimentos que lutavam contra uma injustiça social básica: a da participação democrática. Eram movimentos de rutura profunda com o *status quo* instalado⁶⁸.

Quando havia mulheres que se insurgiam contra os regimes democráticos dos homens e apenas para os homens, logo eram silenciadas das mais diversas formas. Por exemplo, a Revolução Francesa silenciou a feminista Olympe de Gouges quando esta se atreveu, em 1791, a publicar a “Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã”⁶⁹ em clara oposição à “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”.

O que Olympe de Gouges reivindicou foi mera Justiça Social. Veja-se o texto do preâmbulo e o artigo 1º:

Preâmbulo

As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, reivindicam constituírem-se em Assembleia Nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o menosprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolveram expor, em uma declaração solene, os direitos naturais inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres; que, sendo mais respeitados, os atos do poder das mulheres e os atos do poder dos homens possam ser a cada instante comparados com o objetivo de toda instituição política; e que as reivindicações das cidadãs, fundamentadas doravante em princípios simples e incontestáveis, sempre respeitem a constituição, os bons costumes e a felicidade de todos.

Artigo primeiro

A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum.

Desde esses movimentos feministas pelo direito ao voto e pelo reconhecimento da capacidade das mulheres elegerem e serem eleitas a outros movimentos feministas mais recentes, como os movimentos pelo direito à interrupção voluntária da gravidez em países da América do Sul, os movimentos de mulheres pela preservação das florestas na Índia, entre outros, **o caminho dos movimentos feministas tem sido sempre o da Justiça Social**. Porque nunca será demais ter presente que:

A desvalorização da mulher representa uma etapa necessária na história da humanidade, porque não era do seu valor positivo, mas sim da sua fraqueza que ela tirava o seu prestígio; nela encarnavam-se os inquietantes mistérios naturais; o homem escapa do seu domínio quando se liberta da Natureza⁷⁰.

Vandana Shiva, uma ecofeminista da Índia, é perentória ao afirmar que **a convergência entre o capitalismo e o patriarcado está a destruir o planeta**. O ecofeminismo, para Vandana Shiva, é:

Basicamente, primeiro reconhecer que há uma confluência: do poder, da cobiça, do mercado, do capitalismo e da violência. Então, primeiro é reconhecer isso e segundo é reconhecer o nosso próprio poder, porque o capitalismo e o patriarcado declararam que as mulheres sejam passivas e que a natureza morra. O ecofeminismo reconhece que a natureza não só está viva, mas também é a base de toda a vida e que somos parte dela. E compreendendo que nós, as mulheres, temos um grande potencial; mas um potencial diferente, não violento, não de dominação e morte, mas sim de cuidar e compartilhar. A criatividade e a compaixão das mulheres são possíveis em todos os seres humanos, porque não creio no determinismo genético⁷¹.

A **desvalorização social das mulheres** – tidas sempre como mais ligadas ao corpo, à natureza e à reprodução – e a **valorização social dos homens** – tidos sempre como mais ligados à racionalidade e à produção material – **reflete-se**, como refere Vandana Shiva, **em vários mecanismos que reproduzem a desigualdade**, a saber:

- Nos **modelos económicos** mais comuns que têm sido desenhados e impostos por homens, assentes na afirmação de relações de poder desiguais e de sobre-exploração dos recursos naturais e humanos e na clivagem das classes sociais, do enriquecimento de algumas regiões a norte do planeta e do empobrecimento das demais regiões;
- Na **sub-representação das mulheres e na subsequente desvalorização de inúmeros aspetos da vida das pessoas nos processos de tomada de decisão**, seja ao nível macro (na política e na economia) como micro (das comunidades e das famílias);
- Nas **práticas organizacionais no trabalho e no emprego**, muitas vezes desadequadas aos ritmos e aos ciclos de vida e que ainda persistem, que tendem a anular as restantes dimensões da vida humana, pela imposição das exigências das organizações empregadoras que absorvem as pessoas;
- Nas **práticas familiares** ainda bastante segregadas por sexo, expondo as mulheres e as raparigas a tempos do trabalho dos cuidados desproporcionais face ao dos homens;
- Na **educação** e na subsequente reprodução social ainda segregada de escolhas vocacionais educativas e, posteriormente, profissionais, de acordo com estereótipos sexistas relativos quer às pessoas (competências, papéis e funções), quer às diferentes

áreas do conhecimento e esferas da atividade profissional;

- Na **linguagem e comunicação**, com particular incidência nos meios de comunicação social que tendencialmente reforçam a estereotipia sexista, através de reprodução sistémica do masculino universal que consubstancia a ideia dos homens representarem a humanidade, na lógica androcêntrica que caracteriza as sociedades patriarcais;
- E, por último, na persistente **violência contra as mulheres e as raparigas**, seja na esfera pública como na privada, em contextos virtuais e não virtuais⁷².

Bem sabemos que “mesmo quando os direitos lhes são (às mulheres) abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes a sua expressão concreta”⁷³. A História recente da Humanidade tem disso sido a prova.

É, por isso, determinante que a **educação para a Justiça Social** tome como **central o combate ao patriarcado**, ou, se assim melhor o entendermos, **a prevenção e o combate ao sexismo**. A Recomendação do Conselho da Europa CM/Rec (2019)1 Prevenir e combater o sexismo afirma que a igualdade entre mulheres e homens:

é fundamental para a defesa dos direitos humanos, o funcionamento da democracia e a boa governação, o respeito pelo primado do direito e a promoção do bem-estar de todas as pessoas, que implica igualdade de direitos para mulheres e homens, raparigas e rapazes, assim como a mesma visibilidade, capacitação, responsabilidade e participação em todos os domínios da vida pública e privada, e que pressupõe igual acesso e distribuição de recursos entre homens e mulheres⁷⁴.

É, assim, determinante para uma efetiva Justiça Social, ao nível local, nacional e global.

Porque a educação para a Justiça Social tem de ser sobretudo reflexiva e crítica, tem de **equacionar privilégios e poderes**, inerentes à pertença e identidade de cada estudante, aos contextos e conjunturas locais, nacionais e internacionais. Deve basear-se numa abordagem orientada para a ação por forma a transformar as comunidades e as sociedades em que estudantes e docentes se inserem. E deve assentar numa reflexão crítica sobre os processos e legados das culturas e contextos, visando atitudes de responsabilidade individual pelas ações e decisões, analisando as posições de privilégio em que muitas e muitos estudantes se inserem, e apelando à participação na mudança de atitudes, assunções, estruturas e relações de poder. Um dos desafios diz respeito à consciencialização de que o privilégio é geralmente invisível para quem o tem, sejam grupos ou pessoas e, neste caso, homens e mulheres.

A educação para a Justiça Social deve, em boa medida, promover a **corresponsabilidade** como elemento crucial à plena e efetiva Justiça Social: uma **responsabilidade partilhada entre mulheres e homens, raparigas e rapazes**, do Norte Global e do Sul Global, de diferentes classes sociais e com diferentes níveis educacionais, entre outras diferenças.

A colaboração, o cuidado e a partilha formam a base da transformação que busca qualquer movimento de Justiça Social. Os movimentos feministas têm essa base e devem ser movimentos inclusivos de mulheres e de homens. Porque “o que **é necessário é redefinir a economia patriarcal capitalista que trata o trabalho das mulheres como não trabalho, e o conhecimento das mulheres como ignorância**. Devemos redefinir o trabalho e nos libertar da hierarquia patriarcal capitalista”, diz-nos Vandana Shiva⁷⁵. A educação para a Justiça Social pode ser o terreno ideal para essa redefinição.

Para consultar diretamente a proposta educativa, [clique aqui](#).

64 - Cardoso, Jorge; Figueiredo, Ilda; Neves, Maria José; Pereira, Luísa Teotónio; Silva, Rosália & Torres, António (2016). Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário. Lisboa: Direção-Geral da Educação.

65 - Importa ter presente que, em matéria da realização substantiva da igualdade entre mulheres e homens, o conceito equidade não se substitui nunca ao da igualdade. O conceito equidade é frequentemente utilizado na temática da Justiça Social. Porém, este é um conceito questionável pela agência das Nações Unidas especializada nos direitos humanos das mulheres quando aplicável às mulheres pois está frequentemente relacionado a um elemento interpretativo da Justiça Social e geralmente associado à tradição, costume, religião ou cultura, o que tem, com muita frequência, um impacto negativo sobre as mulheres e raparigas (Fonte: UN Women, OSAGI Gender Mainstreaming - Concepts and definitions). O Comité CEDAW encoraja os Estados Partes à CEDAW a utilizarem apenas o conceito de igualdade entre mulheres e homens: “O princípio da igualdade entre homens e mulheres, ou da igualdade de género, é inerente ao conceito de que todos os seres humanos, independentemente do sexo, são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais, de ter uma carreira profissional e de fazer escolhas sem as limitações impostas por estereótipos, por uma conceção rígida dos papéis femininos e masculinos e por preconceitos. Os Estados Partes são encorajados a usar exclusivamente os conceitos de igualdade entre mulheres e homens ou de igualdade de género e a não usar o conceito de equidade de género no cumprimento das suas obrigações decorrentes da Convenção. Este último conceito é utilizado em algumas jurisdições para referir um tratamento justo das mulheres e dos homens em função das suas necessidades respetivas. Isto pode incluir uma igualdade de tratamento ou um tratamento diferente, mas que é considerado equivalente em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades.” (§22 da Comité CEDAW (2010), Recomendação Geral N.º 28: Obrigações fundamentais dos Estados Partes decorrentes do artigo 2 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres).

66 - Fundamentos presentes no Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa.

67 - Baseado em Vicente, Ana (2010), “Algumas notas sobre as Mulheres e a Primeira República Portuguesa”, Caminhos da Memória.

68 - Recordar que mesmo a Revolução Francesa que assentava em 3 princípios (liberdade, igualdade e fraternidade) excluía as mulheres – o artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão proclamava “Todos os homens nascem livres e com direitos iguais.”

69 - Olympe de Gouges (1791), Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã.

70 - Simone de Beauvoir (Edição original: 1949; Edição portuguesa: 2009), O Segundo Sexo I. Lisboa: Quetzal Editores.

71 - Retirado de uma entrevista a Vandana Shiva pelo Jornal online Outras Palavras, publicada a 21 de junho de 2018.

72 - Encontram-se vários dados estatísticos relativos aos pontos aqui abordados nos temas Desenvolvimento; Globalização e Interdependências; Pobreza e Desigualdades e Cidadania Global.

73 - Simone de Beauvoir (Edição original: 1949; Edição portuguesa: 2009), O Segundo Sexo I. Lisboa: Quetzal Editores.

74 - Recomendação do Conselho da Europa CM/Rec (2019)1 Prevenir e combater o sexismo

75 - Artigo de Vandana Shiva sobre Ecofeminismo, publicado pelo Instituto Humanitas Unisinos.

Paz na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens



A **Paz** e o **desenvolvimento** são duas faces de uma mesma moeda: existem e **reforçam-se mutuamente**. As várias dimensões do desenvolvimento – social, económico, cultural e ambiental – realizam-se apenas em quotidianos de Paz. Porém, de acordo com o Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, previa-se que, até ao fim de 2020, o número de pessoas deslocadas à força devido a conflitos, crises humanitárias, perseguição, violência e violações dos direitos humanos tinha aumentado para 82,4 milhões, o número mais elevado alguma vez registado e mais do dobro do número de há uma década⁷⁶.

Vários estudos apontam para a existência de uma **correlação entre a desigualdade entre mulheres e homens e o aumento da violência**. E há demasiadas evidências da associação entre conflitos armados, tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e outras formas de violência sexual, como a violação usada como arma de guerra. Esta associação toma lugar em todos os conflitos armados e guerras (como o que mais recentemente acontece na guerra entre a Ucrânia e a Rússia, em 2022). A título exemplificativo, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, adotado em 1998, identifica crimes contra as mulheres como crimes contra a humanidade, crimes de guerra e até de genocídio⁷⁷. No entanto, apenas em 2019 houve uma condenação por violência sexual a respeito das violações, raptos e casamentos forçados no Uganda.

Mas mesmo nos países que vivem em Paz, a insegurança e a violência contra as mulheres persiste. É, por isso, determinante reconhecer que a **violência contra as mulheres**:

- é uma **manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens** que levou à dominação e discriminação das mulheres;
- e é um dos **mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são mantidas numa posição de subordinação em relação aos homens**, seja no quadro de uma guerra ou conflito armado, seja na esfera da intimidade.

A desigualdade entre mulheres e homens também se manifesta na participação das mulheres nos processos de Paz, sendo, ainda no século XXI, uma parca realidade: as mulheres constituem apenas 23% das delegações lideradas ou colideradas pelas Nações Unidas; no final de 2020, as mulheres constituíam apenas 5,2% das forças militares⁷⁸. Se tomarmos por referência o período entre 1992 e 2019, as mulheres constituíam em média 13% das pessoas envolvidas nas negociações, 6% das pessoas com funções de mediadoras e 6% como signatárias dos maiores acordos de paz no Mundo⁷⁹.

Acresce que nos países em conflito ou afetados por conflitos armados, as mulheres representam apenas 18,9% dos Parlamentos e 23% da administração pública. Por outro lado, nenhum dos acordos de cessar-fogo assinados entre 2018 e 2020 integrou disposições relativas às especificidades da condição das mulheres e raparigas e menos de 1% da ajuda bilateral se destinou a associações ou movimentos

liderados por mulheres⁸⁰.

É por demais sabido que a construção e a manutenção da Paz têm de passar pela devida consideração das necessidades e das capacidades de metade da população mundial: as mulheres e raparigas.

Nesse sentido, importa recordar que “as mulheres não são um grupo homogêneo e as suas experiências de conflitos e necessidades específicas em contextos de pós-conflito são diversas. **As mulheres não são testemunhas passivas ou apenas vítimas ou alvos. Sempre tiveram e continuam a ter um papel** como combatentes, como membros da sociedade civil organizada, como defensoras dos direitos humanos, como membros dos movimentos de resistência e como agentes ativas, tanto nos processos formais, quanto nos processos informais de construção da paz e de recuperação”⁸¹.

Atender às questões específicas que afetam as mulheres e as raparigas, ou que sobre estas recaem, está cada vez mais presente nos instrumentos e nos mandatos de Paz. Este primado da ação sempre foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas e encontra-se patente em vários tratados e documentos internacionais, a saber:

- Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH): em particular, artigos 2º, 3º, 7º, 23º e 25º.
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW): esta é a magna carta dos direitos das mulheres e raparigas; todo o articulado da CEDAW tem de ser tido em conta, embora os artigos 3º e 6º sejam particularmente relevantes em contexto de guerras e conflitos armados. Existem 2 Recomendações Gerais⁸² importantes - a N.º 30, sobre as mulheres na prevenção dos conflitos, nos conflitos e nas situações de pós-conflito e a N.º 38, sobre tráfico de mulheres e raparigas num contexto de migração global.
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (PAP): documento programático que define 12 áreas críticas, uma das quais sobre as mulheres e os conflitos armados.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: em particular o ODS 16 “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, em particular a meta 16.1 “reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares”; relacionando-a com o ODS 5 “Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas” e em particular a meta 5.1. “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos”.

Nestes instrumentos de direito internacional nem sempre há referências explícitas a guerras ou a conflitos armados, mas antes a contextos marcados pela violência. De facto, **a Paz vai muito além da ausência de guerra ou de conflito armado**; é um *estado* em permanente atualização que tem de im-

plicar governos, instituições públicas e privadas, cidadãos e cidadãs. É um *estado* baseado no respeito pelos direitos humanos, direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais, que apela ao diálogo, à negociação e à cooperação entre todas as pessoas, homens e mulheres, em diferentes níveis de tomada de decisão.

Se atendermos ao conceito de Paz proclamado pelos movimentos pacifistas feministas, entenderemos que a Paz se baseia:

- No respeito e no exercício dos direitos fundamentais, alicerçados nos tratados internacionais de direitos humanos.
- Na democracia como um valor irrevogável de toda a organização social, no desenvolvimento humano e económico inclusivo e sustentável, assente na corresponsabilidade, individual e coletiva, refletida na trilogia cuidar de outras pessoas, de si própria/o e do planeta.
- Na cooperação humanitária, cultural, científica, tecnológica e económica entre os povos, fundada no respeito pelas suas diferentes culturas, mas também na exigência do respeito pela dignidade humana de mulheres e de homens e dos valores fundamentais dos povos que cooperam.
- Na justiça como na tolerância.
- Na solidariedade como na coesão social.
- Na segurança como na liberdade, individual e de grupo, vividas na esfera pública e privada.

A Paz é sempre uma Paz ativa porque nos convoca – cidadãs e cidadãos -, nos implica e nos compromete a todas e a todos; porque não é conformista e resignada, mas ambiciosa, e porque não advoga a conquista, mas apela à adesão. É, por isso, uma Paz sustentada porque se alicerça num sistema de princípios e valores que contem, em si mesmo, recursos cuja exploração, ao invés de os esgotar, engendra ela mesma novos recursos.

Logo, a Paz consubstancia-se no bem comum, cuja manutenção e reforço passa pela corresponsabilidade, individual e coletiva, de instituições (públicas e privadas, com e sem fins lucrativos) e cidadãs e cidadãos. Tal implica a garantia efetiva e plena de direitos gozados em igualdade por mulheres e por homens, mas evoca necessariamente conhecimento e deveres.

Ora, a **ausência das mulheres das tomadas de decisão tem reflexos nas persistentes desigualdades, discriminações e violências que recaem em particular sobre elas.** As Nações Unidas, reconhecendo esta situação, têm vindo a chamar a atenção (por exemplo, através de conferências mundiais) e a adotar instrumentos que visam a transformação das desigualdades. Um desses instrumentos (referido acima) – a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim – adotado na última conferência mundial sobre as mulheres, realizada em Pequim em 1995⁸³, – considera como área crítica de intervenção “As Mulhe-

res e os Conflitos Armados”.

Refere a introdução “Num mundo em constante instabilidade e violência, torna-se urgente encontrar estratégias de cooperação para alcançar a Paz e a segurança. A igualdade de acesso e a plena participação das mulheres nas estruturas de poder, bem como a sua completa integração em todos os esforços para a prevenção e resolução de conflitos, são essenciais para a manutenção e promoção da Paz e da segurança”⁸⁴.

E cinco anos passados sobre a última conferência mundial sobre as mulheres, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma Resolução histórica sobre **Mulheres, Paz e Segurança: Resolução 1325(2000)**. Esta Resolução considera, por um lado, o impacto das guerras e dos conflitos armados nas populações, e muito em particular nas mulheres e crianças que, com frequência, são alvo de violência e de violação, e considera, por outro lado, o relevante papel desempenhado pelas mulheres na prevenção e resolução de conflitos, bem como na construção e manutenção da Paz⁸⁵.

É uma resolução histórica pois pela primeira vez, em sede do Conselho de Segurança das Nações Unidas, **é reconhecida a participação das mulheres como fator-chave na resolução de conflitos e na construção da Paz**, apelando aos Governos a inclusão das mulheres em todos os processos de Paz e segurança, em particular ao nível da tomada de decisão.

A fim de ser implementada, esta Resolução deve ser vertida em planos nacionais de ação⁸⁶. Desde 2009 que Portugal adotou planos de ação para a implementação da RCSNU 1325, estando em vigor o 3º (2019-2022)⁸⁷. Este plano visa “promover a participação das mulheres e dos/as jovens na prevenção dos conflitos e nos processos de construção de paz” (entre outros objetivos estratégicos), nomeadamente através de “iniciativas tendo em vista a participação de jovens e organizações de juventude na promoção de uma cultura de paz, tolerância, diálogo intercultural e inter-religioso” e da disseminação da Resolução e da “perspetiva da igualdade entre mulheres e homens no âmbito da promoção da paz e segurança junto de jovens”.

- **As mulheres enquanto agentes da mudança**, nomeadamente através do reforço da sua inclusão nas negociações de Paz, reconstrução pós-conflito, desarmamento, ação humanitária e construção da Paz;
- **As mulheres e crianças como vítimas**: violação sistemática dos direitos das mulheres em situações de conflitos, ou seja, as diferentes formas de violência que as mulheres e as raparigas enfrentam, incluindo a violação enquanto arma de guerra.

Há vários exemplos do sucesso da participação das mulheres nas negociações de Paz, como o caso da Libéria e o da Colômbia. Em ambos os países, o quotidiano estava marcado por mais de uma década de conflitos armados internos.

Entre 1989 e 2003, a Libéria foi um país em guerra civil. Durante o conflito, cerca de 250 mil pessoas foram mortas, milhares foram mutiladas ou violadas por exércitos compostos por homens e crianças-soldado e mais de 800 mil pessoas ficaram desalojadas. As negociações de Paz não estavam a resultar até que as mulheres, motivadas pela falta de comida e pela violência sexual a que eram constantemente sujeitas (segundo notícia publicada pela UNRIC, cerca de 80% das mulheres na Libéria foram alvo de violação), decidiram juntar-se e exigir a Paz aos grupos políticos em conflito. Milhares de mulheres reuniam-se sistematicamente em vigílias e manifestações e um grupo significativo entrou no Hotel na capital do Gana onde estavam a decorrer as negociações de Paz, pressionando os negociadores até que o acordo fosse assinado. Este foi um movimento liderado pela ativista Leymah Gbowee, que conseguiu acabar com uma guerra civil de 14 anos. Nos anos seguintes, esse mesmo movimento de mulheres ativistas pela Paz desempenhou um papel fundamental convencendo combatentes a depor armas e contribuindo para a condução pacífica das eleições de 2005, que resultaram na eleição democrática da primeira mulher chefe de Estado em África (Ellen Johnson Sirleaf)⁸⁸.

A Colômbia esteve em guerra civil desde 1958 até 2012, ano em que se iniciaram as negociações de Paz entre o governo e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Durante esse tempo, mais de 220.000 pessoas foram mortas (80% eram civis) e mais de 5 milhões foram deslocadas internamente (58% das quais eram mulheres). As mulheres constituíam cerca de ¼ dos grupos armados. A 24 de novembro de 2016, o governo e as FARC chegaram a um acordo de Paz histórico que incluiu mais de 100 disposições sobre questões específicas sobre mulheres e raparigas, tendo conduzido a uma deposição de armas das mais bem-sucedidas da história.

Sabe-se que as **guerras e os conflitos armados têm**, com muita frequência, **efeitos e impactos diferentes nas mulheres e nos homens**. Os homens são geralmente os que são armados, mesmo quando não têm idade nem maturidade para tal (como é o caso dos chamados “meninos-soldados”, que são quase sempre crianças do sexo masculino, recrutados em muitos casos à força, vivendo em condições desumanas de trabalho forçado, fome e sede, sem cuidados de saúde, a quem a disciplina e a obediência são impostas através de métodos cruéis)⁸⁹ e vão para os palcos dos conflitos onde a violência militar e a mortalidade os atinge de forma desproporcional, e as mulheres são as que geralmente ficam com as crianças, sendo elas que maioritariamente se encontram, muitas vezes, em situação de deslocadas e/ou procurando refúgio fora do seu país. São também elas que são frequentemente alvo de violência sexual e de violação, atos que são levados a cabo como arma de guerra e genocídio.

Logo, se os impactos e as consequências são diferentes, não será igualmente diferente a participação das mulheres nas negociações de Paz e nas tomadas de decisão? Em jeito de conclusão, porque é importante ter mulheres a participar nos processos de Paz, nos vários momentos de negociação, reconstrução e manutenção?

Porque, em princípio, ter mais mulheres nos processos de Paz resulta numa paz sustentada e duradoura. Mais mulheres nos processos de paz contribuem para:

- Uma melhoria substancial nas operações de Paz: desde logo, pela maior diversidade e, consequentemente, pela ampliação das habilidades e competências nas tomadas de decisão, no planeamento e nos resultados, levando a uma maior eficácia do desempenho operacional;
- Um acesso de algum modo facilitado às populações, em particular às mulheres e às crianças, nomeadamente abordando questões causadoras de grandes traumas como a violência sexual e a violação;
- Um reflexo mais adequado ou realista das comunidades: uma maior diversidade nas forças de Paz permite o envolvimento com todos os membros das comunidades; as mulheres são frequentemente elementos essenciais na construção de relações de confiança com as comunidades locais (por exemplo, na interação com outras mulheres em sociedades onde as mulheres estão proibidas de falar com homens externos ao seu contexto familiar);
- Ajudar a prevenir e a reduzir conflitos e confrontos, ao abordar o efeito desproporcionalmente negativo que os conflitos têm na vida das mulheres, bem como trazendo para cima da mesa das negociações as necessidades efetivas das mulheres em situações de conflito e pós-conflito, incluindo as de mulheres ex-combatentes e as das “crianças-soldados” durante o processo de desmobilização e reintegração na vida civil;
- E, por último, inspirar e desenvolver modelos de comportamento junto de outras mulheres e raparigas.

Este texto quis lançar as bases para uma reflexão que deve ser aprofundada em contexto educativo ou formativo junto de crianças e jovens. Como refere a Plataforma de Ação de Pequim **“Para se atingir uma Paz duradoura é imprescindível estimular, desde tenra idade, uma educação que promova uma cultura de Paz, e em que se defendam a justiça e a tolerância para todos os povos e nações.** Essa educação deve incluir elementos de resolução de conflitos, mediação, redução de preconceitos e respeito pela diversidade”⁹⁰.

Para consultar diretamente a proposta educativa, [clique aqui](#).

76 - Fonte: UN Security Council (2021) *Women and peace and security – Report of the Secretary-General S/2021/827*.

77 - O Artigo 8º Crimes de guerra é bastante explícito em matéria de violação de direitos humanos das mulheres na sua alínea “xxii) Cometer atos de violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez à força, tal como definida na alínea f) do n.º 2 do artigo 7.º, esterilização à força e qualquer outra forma de violência sexual que constitua também um desrespeito grave das Convenções de Genebra.”

- 78 - Fonte: UN Security Council (2021) Women and peace and security – Report of the Secretary-General S/2021/827.
- 79 - Council of Foreign Affairs, Women in Peace Processes: <https://www.cfr.org/womens-participation-in-peace-processes/>. Consultado a 7 de janeiro 2022.
- 80 - Fonte: UN Security Council (2021) Women and peace and security – Report of the Secretary-General S/2021/827.
- 81 - §6 da Recomendação Geral CEDAW (2010) N.º 30: As mulheres na prevenção dos conflitos, nos conflitos e nas situações de pós-conflito.
- 82 - As Recomendações Gerais adotadas pelo Comité CEDAW são documentos interpretativos da própria CEDAW cujo teor deve ser transcrito para a legislação e políticas nacionais.
- 83 - IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em Setembro de 1995 – desta resultou a Declaração onde os Governos adotam e comprometem-se explicitamente a pôr em prática a Plataforma de Ação de Pequim (PAP) de modo a garantir que a perspetiva de igualdade entre mulheres e homens será refletida em todas as suas políticas e programas, e apelam ao sistema das Nações Unidas, às instituições financeiras regionais e internacionais, às demais instituições regionais e internacionais relevantes e a todas as mulheres e homens, bem como às organizações não-governamentais, com pleno respeito pela sua autonomia, e a todos os setores da sociedade civil para que, em cooperação com os Governos, se empenhem plenamente e contribuam para a implementação da PAP. A PAP é um abrangente programa de trabalho que contempla e recomenda a adoção de um vasto conjunto de medidas destinadas a eliminar os obstáculos à participação ativa das mulheres em todas as esferas e a todos os níveis da vida pública e privada, a fim de garantir a sua intervenção de pleno direito nas tomadas de decisão em questões políticas, económicas, sociais e culturais, ou seja, a fim de garantir o seu empoderamento.
- 84 - §134 da Plataforma de Ação de Pequim.
- 85 - Desde a aprovação da RCSNU 1325, outras 9 foram adotadas, em concreto: 1820 (2008), 1888 (2008), 1889 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013), 2122 (2013), 2242 (2015), 2467 (2019) e 2493 (2019).
- 86 - Até ao momento, 88 países adotaram planos de ação. (Fonte: <https://interactive.unwomen.org/multimedia/timeline/womenpeacesecurity/2020/en/index.html>). A própria União Europeia tem em curso o “EU Action Plan on Women, Peace and Security (WPS) 2019-2024” – disponível em <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-11031-2019-INIT/en/pdf>.
- 87 - Para mais informação sobre os 3 planos nacionais de ação para a implementação da RCSNU 1325, consultar: <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/mulheres-paz-e-seguranca-1325/rcsnu-1325-planos-nacionais/>
- 88 - Fonte: <https://interactive.unwomen.org/multimedia/timeline/womenpeacesecurity/2020/en/index.html>.
- 89 - Para saber mais sobre as chamadas “crianças-soldados” consultar artigos da ONU News ou a campanha Red Hand Day.
- 90 - §140 da Plataforma de Ação de Pequim.

Cidadania Global **na ótica da** **Igualdade entre Mulheres e Homens**



Em setembro de 2012, a Organização das Nações Unidas identificou a Cidadania Global como uma das suas três principais prioridades⁹¹, consagrando este conceito que começou a ser adotado progressivamente a nível mundial. Em setembro de 2015, a mesma organização adotou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 17 objetivos para transformar o nosso mundo até 2030. O objetivo 4⁹², relativo a uma ‘Educação de Qualidade’, inclui a necessidade de garantir que todas as meninas e meninos adquiram conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusivamente, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade entre mulheres e homens, promoção de uma cultura de paz e de não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

O conceito de Cidadania Global tem a sua base no conceito de *cidadania*, o qual, “enquanto estatuto jurídico-político, se identifica com a pertença a uma comunidade política (Estado) e se baseia num compromisso social contratualizando direitos e deveres entre o indivíduo e esse Estado”⁹³. No entanto, o conceito tem evoluído e, na atualidade, esta cidadania encontra expressão em “espaços mais alargados do que o Estado-nação, no contexto de desafios globais aos quais o nível nacional, só por si, não consegue dar resposta”⁹⁴.

Assim, de acordo com a UNESCO, a **Cidadania Global⁹⁵ refere-se à pertença a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum, enfatizando a interdependência e a interconexão política, económica, social e cultural, que vincula o local ao global e o nacional ao internacional.** Acresce que a Cidadania Global só será efetiva quando estiver garantida a igualdade entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, às várias escalas.

O conceito de Cidadania Global, no entendimento de uma responsabilidade global partilhada, foi integrando diversos aspetos, de acordo com contextos históricos diferentes: uma forma de reduzir conflitos, negociando divergências entre países; uma forma de reduzir as diferenças de qualidade de vida entre os países, reduzindo a pobreza; uma forma de olhar para a natureza e para o ambiente com um enfoque relacional e de cuidado; entre outras.

No século XXI, a Educação para a Cidadania Global foi assumida na Europa como uma prioridade, sendo considerada a chave para promover uma cidadania que consiga **responder aos desafios do futuro, através de um modelo de educação centrado no papel crítico de cada pessoa no mundo e nas questões da humanidade e de todas as espécies que habitam neste planeta.** É essencial que cada cidadã e cada cidadão reflitam e partilhem os seus próprios pontos de vista, bem como, os papéis que as mulheres e os homens desempenham numa sociedade global e interligada, o que implica a compreensão e a discussão de relações complexas entre questões específicas em razão do sexo e questões

sociais, ecológicas, políticas e económicas que a todos e a todas dizem respeito, permitindo-lhes descobrir novas formas de pensar e de agir.

Após a Declaração da Educação Global de Maastricht⁹⁶, em 2002, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa deliberou que a “Educação Global é essencial para todos os cidadãos poderem adquirir o conhecimento e aptidões necessários para compreenderem, participarem e interagirem de forma crítica na nossa sociedade global enquanto cidadãos globais habilitados”⁹⁷.

Importa salientar que estas declarações oficiais foram antecedidas por gerações de trabalho em áreas como a Educação para os Direitos Humanos, Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Paz, entre outras.

O conceito de Cidadania Global não é isento de questionamentos, assistindo-se a debates que opõem visões distintas⁹⁸, como por exemplo: i) quem afirma que a Cidadania Global é algo demasiado etéreo, sem legitimação territorial ou legislação, reforçando o conceito mais tradicional de cidadania nacional; ii) quem aponta riscos e limitações ao conceito, afirmando que este pode correr o risco de significar, em momentos nos quais pessoas com interesses diferentes se colocam frente a frente, a imposição de valores a outras pessoas que não os reconhecem/partilham, o que, no limite, poderá levar a que os indivíduos e os países mais poderosos mantenham a sua preponderância; iii) quem é a favor da utilização do conceito, argumentando que cada pessoa é um cidadão ou uma cidadã do mundo e tem mais em comum com as outras pessoas devido à humanidade partilhada do que à nacionalidade, promovendo-se, com esta visão, objetivos comuns que vão para além das fronteiras políticas.

Esta última perspetiva propõe que, a um conceito de identidade estático e assente, sobretudo, no fator nacionalidade, se contraponha **o conceito plural de identidades, construído a partir de uma diversidade de lugares e contextos relacionais** (por exemplo, as identidades pessoais são marcadas pelo sexo, pelas expectativas e pelos estereótipos sexistas, pelos papéis familiares que se assumem, pelas características de personalidade, pelas experiências de vida, por características geracionais, pelas oportunidades proporcionadas, etc.).

Apesar destes debates, e até de diferenças de interpretação, existe um entendimento de que Cidadania Global é o conceito que sustenta que, além de ser cidadã e cidadão de um determinado estado ou nação, cada pessoa também é membro da comunidade internacional de todas as pessoas. Que **para fazer face a um mundo globalizado e interdependente, é necessária a construção de uma nova forma de ser e de estar**, baseada numa “Cidadania Global desterritorializada, fundada em valores comuns, baseada num compromisso ético de partilha equitativa dos bens comuns da humanidade, de respeito entre esta e a natureza e de construção de democracias a todas as escalas”⁹⁹. O que significa criar pontes entre o local e o global, descobrindo no bairro, na aldeia, na vila, na cidade o que nos liga ao mundo,

analisando as implicações que as decisões quotidianas da vida de cada pessoa – mulheres e homens – têm no global, na busca do bem-estar da comunidade global e não apenas o individual.

A Cidadania Global implica **um entendimento das ligações entre o passado e o presente, para uma melhor leitura do mundo atual, e uma ligação entre o presente e a construção de um futuro que modele e enquadre os valores que queremos ver no mundo que desejamos.** A Cidadania Global convoca as pessoas a assumirem papéis ativos, tanto ao nível local quanto globalmente, para enfrentar e resolver desafios globais – nomeadamente o desafio do combate à desigualdade entre mulheres e homens e à discriminação com base no sexo – e contribuir de forma proativa para um mundo justo, pacífico, tolerante, inclusivo, seguro e sustentável. Nesse sentido, deve basear-se no respeito mútuo e na contínua criação de unidade na multiplicidade, tornando-se essencial abraçar as complexidades que representam as possibilidades transformadoras.

No entanto, **existem constrangimentos à construção de uma noção de Cidadania Global.** São exemplos desses obstáculos: i) o modelo económico global, assente na produção e no consumo excessivos com impactos diretos nas condições de vida das mulheres e dos homens (e.g. uso do tempo, saúde, educação e o acesso a recursos naturais), e que tem acentuado as desigualdades, em particular entre mulheres e homens, ao nível nacional e internacional; ii) a existência de conflitos armados, nacionais e transnacionais, e a persistente violência contra mulheres e raparigas em todas as esferas das suas vidas e espaços (incluindo o virtual); iii) o desigual acesso a recursos, a pobreza e exclusão social, que afeta desproporcionalmente as mulheres em todos os países; iv) a existência de políticas insuficientes para a realização da igualdade entre mulheres e homens, para a promoção da justiça social e da inclusão; v) o acentuar de discursos extremistas e de discursos de ódio sexistas. Todas estas situações dificultam a construção de um sentido de pertença coletiva, a identificação com uma humanidade partilhada, unida por um mesmo valor de dignidade.

Esta situação é agravada **pelos impactos diferenciados que os constrangimentos anteriores têm em mulheres e raparigas e em homens e rapazes.** Para tal, é decisiva a promoção de conhecimentos, valores e atitudes que promovam a igualdade entre homens e mulheres, gerem respeito e permitam às jovens e aos jovens questionar criticamente os papéis e as expectativas estereotipadas associadas a rapazes e a raparigas que são prejudiciais ou incentivam a discriminação e as relações de poder desigual entre uns e outras. Neste sentido, é importante garantir o acesso igualitário à educação e ao conhecimento potenciador da Cidadania Global, bem como a participação das mulheres na política e na tomada de decisão política para dar respostas a fenómenos como o movimento das pessoas refugiadas; radicalização e terrorismo; afirmação de movimentos políticos extremistas com discursos de ódio sexistas, xenófobos e nacionalistas. O diálogo civil deve estar estruturado na realização da igualdade entre mulheres e homens, assim como na representação e participação de mulheres e de homens nas organizações da sociedade civil e de outras instituições.

Um exemplo claro, na atualidade, sobre estes desafios à noção de Cidadania Global, situa-se ao nível das respostas dadas às pessoas refugiadas, as quais enfrentam as consequências mais negativas do conceito de cidadania enquanto estatuto jurídico de pertença a um estado. E, mais uma vez, se deverá colocar especial enfoque nas mulheres e raparigas refugiadas. **Continuamos a assistir à invisibilidade e à negação da situação específica das mulheres e das raparigas refugiadas bem como à vulnerabilidade destas mulheres**, quando analisamos o seu percurso, desde o país de origem ao país de acolhimento, passando pelos campos de acolhimento temporário, na medida em que algumas mulheres e raparigas são alvos fáceis, em particular por redes de tráfico para fins de exploração sexual, sofrem a violência, o assalto, a exploração e o abuso sexual.

Em síntese, **é importante uma reflexão com uma abordagem integrada, complexa e transformadora, para que entendamos que todas as nossas ações e comportamentos têm uma consequência no mundo e no modo como todos e todas vivemos, identificando que todos os desafios e constrangimentos da Cidadania Global têm impactos diferentes em homens e mulheres, pelo que todas e todos temos a obrigação de assumir compromissos para garantir um mundo mais justo, mais digno, mais inclusivo, mais sustentável e, acima de tudo, onde os direitos humanos das mulheres e raparigas são realizados.**

Para consultar diretamente a proposta educativa, [clique aqui](#).

91 - UNESCO. *Global Education First Initiative*.

92 - ONU. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*.

93 - Cardoso, Jorge; Figueiredo, Ilda; Neves, Maria José; Pereira, Luísa Teotónio; Silva, Rosália & Torres, António (2016). *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*. Lisboa: Direção-Geral da Educação. Pág. 13.

94 - Idem.

95 - UNESCO. *Global Citizenship Education: preparing learners for the challenges of the 21st century*. Paris, 2014. (Publicado em português em 2015 com o título “*Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI*”).

96 - *The Maastricht Global Education Declaration* (2002).

97 - Resolução 1318 da Assembleia Parlamentar, 30 de janeiro de 2003; par 20, xii.

98 - Ver, a título de exemplo: Andreotti, V. (2006). *Soft vs. critical global citizenship education*. Policy and Practice: A Development Education Review, 3, 40–51; ou Davies, I., Evans, M., & Reid, A. (2005). Globalising Citizenship Education? A Critique of “Global Education” and “Citizenship Education.” *British Journal of Educational Studies*, 53(1), 66–89; ou Akkari, A., Maleq, K. (2020). *Rethinking Global Citizenship Education: A Critical Perspective*. In: Akkari, A., Maleq, K. (eds) *Global Citizenship Education*. Springer, Cham; ou Bourn, D. (2020). *The Bloomsbury Handbook of Global Education and Learning*. London: Bloomsbury Academic.

99 - Cardoso, Jorge; Figueiredo, Ilda; Neves, Maria José; Pereira, Luísa Teotónio; Silva, Rosália & Torres, António (2016). *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*. Lisboa: Direção-Geral da Educação.

PARTE II

PROPOSTAS EDUCATIVAS

As propostas que a seguir se apresentam procuram exemplificar formas de tratamento dos cruzamento temáticos entre a Igualdade entre Mulheres e Homens e a Educação para o Desenvolvimento, propostos na 1ª parte desta publicação.

À semelhança do que sucede nos capítulos teóricos, também aqui há problemáticas relativas às relações sociais entre mulheres e homens que surgem em mais do que uma proposta educativa, dada à inevitável transversalidade da igualdade.

As seis propostas educativas que constituem a segunda parte desta publicação estão organizadas em sequências de três etapas:

1ª etapa - Olhar e ver: tomar consciência de um problema, a diferentes níveis: local, regional e mundial

2ª etapa – Aprofundar a compreensão do problema: alargar o conhecimento e aprofundar a compreensão sobre o problema

3ª etapa – Pensar e assumir compromissos com a transformação: mudar o modo como se pensa (perspetiva) e agir.

Para cada etapa existe um conjunto de questões orientadoras e de pistas de reflexão.

Inclui hiperligações para os materiais de apoio necessários ao desenvolvimento das propostas educativas (notícias de jornal, apresentações, imagens, textos, questionários, etc.) e sugestões de outros recursos para aprofundamento temático.

Desenvolvimento na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens



DESENVOLVIMENTO SEM ENVOLVIMENTO?

Objetivos

1. Debater criticamente visões e propostas atuais sobre o conceito de desenvolvimento.
2. Reconhecer que diferentes culturas e mundivisões pressupõem diferentes formas de entender o desenvolvimento.
3. Identificar preconceitos relacionados com as tarefas tradicionalmente atribuídas a mulheres e a homens.
4. Refletir sobre a importância das tarefas ligadas ao cuidado, para a sociedade.
5. Valorizar o papel da participação dos indivíduos e das comunidades, sobretudo das mulheres, nos processos de promoção do bem-estar económico, social, cultural e político.
6. Promover compromissos pessoais e a participação em ações dirigidas à melhoria do bem-estar coletivo e à construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis.

Estimativa de duração

1ª Etapa: 1 tempo letivo

2ª Etapa: 3 tempos letivos

3ª Etapa: 2 tempos letivos + dinâmica continuada no tempo



1ª Etapa: Olhar e ver... o trabalho doméstico

Ler e explorar, em grande grupo, a Banda Desenhada apresentada no Anexo 1.

Refletir sobre as respostas de cada uma das crianças da Banda Desenhada (BD).

Questões orientadoras

- Que profissões são referidas pelas crianças da BD?
- Há alguma que vos espante, que achem mais “fora do normal”?
- Por que será?
- Qual a resposta que levanta algumas reservas/dúvidas ao professor?

Pistas para a reflexão

- As respostas da BD demonstram que persistem na sociedade estereótipos/preconceitos ligados às questões da igualdade entre mulheres e homens na relação com o mundo do trabalho, nomeadamente no que respeita ao trabalho doméstico.

Ler e analisar os três textos do Anexo 2, sobre vidas de diferentes mulheres.

Dividir a turma em três grupos (se a turma for muito grande, dividir em seis grupos, dando o mesmo texto a dois grupos).

Entregar a cada grupo um texto e um guião de questões orientadoras para análise do seu texto.

Questões orientadoras

- Quem é a personagem central do teu texto?
- Como é o dia da personagem principal do teu texto?
- Que tarefas é que ela tem de realizar todos os dias?
- Como parece a vida desta mulher?
- Parece que “não faz nada”?
- Qual será o valor do trabalho destas mulheres? Será importante? Em quê?
- O que aconteceria se estas pessoas desaparecessem?
- Afinal, o que significa “trabalhar”?
- Identifica frases no texto que revelem preconceitos sobre homens e mulheres - ou seja, aquilo que a sociedade espera dos homens e das mulheres - manifestados pela própria protagonista do texto que leste.

Pistas para a reflexão

- Refletir sobre as tarefas realizadas pelas mulheres destas histórias, no cuidado com pessoas idosas, com crianças, com a família...
- Estas tarefas, apesar de não serem valorizadas pela economia, não sendo consideradas produtivas (não são contabilizadas para a riqueza nacional), são essenciais para a sociedade, para as relações familiares e entre as pessoas. Contribuem para uma maior coesão social, porque oferecem cuidados.
- Exemplos de excertos dos textos que revelam estereótipos/preconceitos relativos aos tipos de trabalho de mulheres e homens tidos pelas próprias protagonistas:
 - Texto A – “Finalmente eles trabalham tanto!”
 - Texto B – “Leva a filha mais velha para a ajudar pois tem de aprender a fazer as tarefas domésticas – é quase uma mulherzinha e tem de se preparar para o seu futuro.”
 - Texto C – “A sua sorte é que o marido leva e traz o Mika, pois sem esta ajuda não sabe como conseguiria fazer tudo!”



2ª Etapa: Aprofundar a compreensão do problema

Analisar as diversas propostas de desenvolvimento apresentadas no Anexo 3, refletindo sobre os elementos que os constituem.

Esta atividade pode ser realizada em pequenos grupos ou em grande grupo, de acordo com a preferência da ou do docente.

Questões orientadoras

- Que princípios/indicadores podem ser encontrados em cada uma das propostas anteriores?
- No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quem pensas serem, da sociedade, os elementos com menos acesso à Educação? Porquê?
- Quais foram os aspetos mais surpreendentes nos índices?
- Qual pensas ser o mais completo? Porquê?
- Com o qual te identificas mais? O que é para ti ter uma vida “desenvolvida”, “feliz”, com “bem-estar”? Acrescentarias algum indicador aos modelos anteriores?
- Geralmente, nas nossas sociedades, quem costuma dar mais atenção a questões como cuidar dos elementos da família, apoiar a comunidade, etc.? Que consequências tem isto para a vida dessas pessoas? Consegues fazer algum paralelo entre esta atividade e a atividade anterior?

Pistas para a reflexão

- O modelo do IDH é bastante reduzido, analisando poucos fatores. Ainda é muito centrado no peso do Produto Interno Bruto (PIB) e no crescimento económico. Reconhecendo isso mesmo, tem incorporado outros índices específicos. O Índice de Desenvolvimento Humano por Género analisa os dados para mulheres e para homens desagregadamente, classificando-se os países em cinco grupos, de acordo com o nível de (des)igualdade entre homens e mulheres em matéria de resultados no IDH.
- O modelo do Butão introduz dimensões que não aparecem nos modelos ocidentais durante muito tempo. Equilibra as questões materiais com questões espirituais, culturais, pessoais, etc. É importante salientar indicadores como o uso do tempo e a comunidade. Há uma valorização de atividades de cuidado connosco próprias/os e com as outras pessoas que nos rodeiam.
- O modelo do *Buen Vivir* assenta numa visão do mundo, na qual o ser humano faz parte da natureza. Assenta na atenção e importância de coisas que nos parecem garantidas e pequenas no dia-a-dia. Centra-se nos detalhes, nos pormenores da vida. Procura o equilíbrio no ser humano e deste com a natureza ao seu redor (porque ele também é natureza). Salienta, mais

uma vez, a atenção a atividades que manifestam o cuidado connosco e com as outras pessoas ao nosso redor – saber escutar, saber amar e ser amado/a, saber dar e receber, etc.

- O índice do bem-estar da OCDE vem incorporar em modelos ocidentais aprendizagens de outras regiões do mundo, como o modelo do Butão e do *Buen Vivir*. Introduce questões como a comunidade, o equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho, a participação cívica, entre outros aspetos.

Olhar para as três histórias de vida da atividade anterior sob a lente de uma das propostas de desenvolvimento acima apresentadas.

Utilizar os grupos constituídos para a etapa anterior.

Pedir a cada grupo que escolha uma das quatro propostas acabadas de observar e que volte a analisar a história de vida da sua personagem refletindo sobre de que forma se poderiam avaliar esses indicadores/parâmetros na sua vida.

Recontar a história da sua personagem de forma a ter uma vida onde sejam visíveis esses indicadores/parâmetros.

Observar a imagem e ler o texto do Anexo 4.

Em grande grupo, refletir sobre ambos.

Questões orientadoras

- Qual a relação deste texto com as propostas de desenvolvimento/bem-estar que analisaste anteriormente?
- Que tipo de trabalho é referido no texto? Dá exemplos destas tarefas.
- Qual a novidade que é apontada no início do texto? E porquê?
- Por que razão este tipo de tarefas não foi, durante muitos anos, considerado “trabalho”?
- Quem são os principais elementos da sociedade que executam este tipo de tarefas?
- E quem são os que mais necessitam dele?
- Estas tarefas são sempre pagas?
- Qual a importância deste tipo de trabalho para a sociedade?
- Explica a frase: “o conceito de trabalho como sinónimo de emprego precisa de ser revisto”.

Pistas para a reflexão

- Várias das propostas anteriores referiam o tempo dedicado à família e à comunidade. Um deles refere mesmo a conciliação da vida pessoal com a vida profissional.
- A importância do trabalho do cuidado, a chamada “economia do cuidado”, sobretudo desempenhado por mulheres, que gira à volta de tarefas dedicadas à casa, à vida familiar e às pessoas dependentes, sejam elas crianças, pessoas idosas, pessoas com doenças ou com deficiência.

- Este tipo de tarefas não era considerado trabalho pois geralmente não envolve remuneração direta, um salário. Na atualidade, a par destas tarefas não remuneradas, mais ligadas ao trabalho da casa, as tarefas do cuidado também surgem como trabalho pago, mas geralmente precário e mal pago, seja na área da limpeza doméstica, seja no cuidado com as pessoas.
- Sem este tipo de tarefas, a sociedade não sobrevive, uma vez que todas as pessoas necessitam de cuidados em várias fases da sua vida. Este tipo de trabalho assenta na relação entre as pessoas, nos serviços prestados mas também nos afetos, na provisão dos bens materiais mas também nos bens relacionais. É toda uma nova forma de economia.



3ª Etapa: Pensar e assumir compromissos com a transformação

Explorar o website “Banco de Tempo”.

Ver e explorar o vídeo presente no *website*.

Questões orientadoras

- O que é um “Banco de Tempo”?
- Quais são os princípios do Banco de Tempo?
- Como funciona na prática?
- “O Banco de Tempo funciona com uma lógica económica diferente da economia de mercado”. O que quer isto dizer? O que está no centro da economia de mercado? E no Banco de Tempo?
- No Banco de Tempo todas as horas têm o mesmo valor, o mesmo é dizer que o tempo de todas as pessoas é igualmente valorizado independentemente de serem homens ou mulheres, pessoas estrangeiras ou nacionais, jovens ou idosas, muito ou pouco qualificadas... Esta valorização igual do tempo de todas as pessoas é habitual na sociedade em que vivemos? Em que situações vemos que não se atribuiu igual valor ao tempo de todas as pessoas? O tempo das mulheres e dos homens é igualmente valorizado na nossa sociedade?

Pistas para a reflexão

- Reconhecer no conceito, princípios e funcionamento dos Bancos de Tempo um modelo alternativo à economia de mercado, uma vez que coloca no centro a pessoa e as suas necessidades e não o lucro.
- Reconhecer a influência dos papéis sociais e dos estereótipos/preconceitos relativos aos papéis das mulheres e dos homens na explicação da maior participação das mulheres em atividades de voluntariado, altruístas e solidárias. Efetivamente, ao longo dos séculos, na nossa sociedade, tem sido atribuída às mulheres a responsabilidade pelo cuidado das outras pessoas. É sobretudo das mulheres que se espera que estejam atentas e respondam às necessidades tanto das pessoas mais próximas, como das mais carenciadas.
- Chamar a atenção para o facto de, na sociedade capitalista, o tempo que conta ser aquele que é utilizado na “produção”, aquele que é pago, sendo pouco valorizadas e, por vezes até invisibilizadas, atividades essenciais à vida de que são exemplo as atividades tradicionalmente realizadas por mulheres, por exemplo: cuidar das crianças, preparar refeições, garantir a arrumação e higiene da casa, etc...

- Problematizar as desigualdades salariais entre homens e mulheres que dão evidência da desigual valorização do tempo das pessoas.
- A importância da cooperação de todas as pessoas para a construção de um mundo mais justo, igualitário, equitativo e solidário.

Preencher a tabela presente no Anexo 5, individualmente, de forma a listar as atividades/tarefas desenvolvidas durante o dia.

Refletir em grande grupo sobre a forma como cada uma e cada um gere o seu tempo.

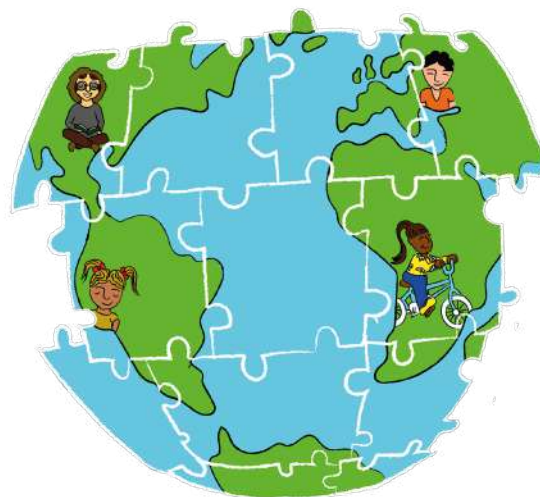
Questões orientadoras

- Que atividades tomam mais tempo no vosso dia?
- Quanto e como participam nas tarefas domésticas?
- Como seria a tabela do tempo do vosso pai? E da vossa mãe?
- Como é dividido o tempo do trabalho da casa, na vossa família? Quem tem menos tempo para si?
- O que fazem no vosso tempo mais livre – fora do trabalho/escola – é só para vocês ou também para outras pessoas?
- Quanto tempo gastam no cuidado de quem vos rodeia?

Criar um Banco do Tempo na própria escola, de forma a trocar serviços entre crianças/jovens ou entre docentes e estudantes.

Pensar e planificar os passos necessários para esta tarefa:

- **Diagnóstico** - identificar necessidades;
- **Desenvolvimento** – pensar na ideia, em como a pôr em prática e em como a divulgar;
- **Recursos** – criar uma equipa, identificar recursos humanos e materiais, parcerias;
- **Implementação** – colocar “mãos à obra”;
- **Avaliação** – refletir constantemente sobre como está a avançar o processo.



Sugestões para aprofundar o tema

[Compass - Manual de Educação para os Direitos Humanos com jovens](#)

[Dicionário do Desenvolvimento](#)

[É de género? - Igualdade de género, diversidade e cidadania global](#)

[Get up! Desigualdades Mundiais. Percursos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global](#)

[Get up and Goals! Igualdade de género. Percursos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global](#)

[Global Schools. Propostas de integração curricular da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania](#)

[Global no 1.o e 2.o CEB](#)

[Guiões de Educação, Género e Cidadania](#)

[Sinergias - diálogos educativos para a transformação social](#)

[Trabalho hoje e no futuro](#)

Interdependência e Globalização na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens



POR DETRÁS E PARA ALÉM DO QUE VESTIMOS

Objetivos

1. Identificar fatores que potenciam a globalização.
2. Compreender as interdependências que se geram entre pessoas, lugares, ambientes e economias distantes.
3. Relacionar a economia globalizada com problemas ambientais, injustiças e situações humanas indignas, em particular vividas por mulheres.
4. Reconhecer a insustentabilidade dos atuais padrões de consumo e refletir criticamente sobre os hábitos e motivações pessoais.
5. Identificar e comprometer-se com a adoção de ações concretas que contribuam para a salvaguarda da natureza e para a dignificação e o respeito pelos direitos das pessoas envolvidas na produção, transporte e venda dos produtos que consumimos.

Estimativa de duração

1ª Etapa: 1 tempo letivo

2ª Etapa: 3 tempos letivos

3ª Etapa: 2 tempos letivos



1ª Etapa: Olhar e ver... os consumos de roupa

Responder individualmente a um breve questionário sobre motivações e hábitos de consumo de roupa.

O preenchimento, proposto no Anexo 1, poderá ser feito *online* (*kahoot* ou *google forms*, por exemplo) ou em suporte de papel.

Pedir uma primeira reação ao preenchimento do questionário.

Questões orientadoras

- Como foi a experiência de preencher o questionário?
- O que vos fez pensar sobre as vossas compras de roupa?

Apresentar os resultados do grupo numa tabela manual, feita no quadro, ou através da projeção de gráficos gerados automaticamente pelas ferramentas *online*.

Abrir o diálogo a partir destes resultados.

Questões orientadoras

- De uma forma geral, nas sociedades ocidentais compramos mais roupas do que efetivamente necessitamos. Por que razão isto acontece?
- Que mecanismos são utilizados pelo mercado/sociedade para estimular o nosso desejo de comprar roupas?
- Por que razão descartamos com tanta facilidade roupa ainda em bom estado?
- Quais as razões e critérios que presidem à compra de roupa pela maioria das pessoas?
- A preocupação com estar na moda é mais comum nas raparigas ou nos rapazes? Socialmente, há diferenças entre raparigas e rapazes no que se refere às pressões para corresponderem a um padrão de beleza? Por que será que isto acontece?
- Que consequências tem o consumo massivo de roupas?

Pistas para a reflexão

- Reconhecer que muitas vezes os nossos consumos se explicam mais pelo significado social das aquisições do que por necessidades reais.
- Estimular o reconhecimento da influência da publicidade e das estratégias de venda das marcas: novas coleções surgem regularmente, tendências da moda tornam-se rapidamente obsoletas, promoções e saldos com preços muito baixos, etc...
- Problematicar a valorização social diferenciada da aparência em função do sexo e as implicações negativas que o padrão de beleza canalizado pela indústria da moda tem nas pessoas que dele se distanciam, por exemplo, ao nível da autoestima.
- Reconhecer que o consumo massivo de roupa tem impactos sociais e ambientais significativos (a aprofundar na etapa 2).



2ª Etapa: Aprofundar a compreensão do problema

Ler e refletir sobre o texto “Tanta roupa para que te quero?”, presente no Anexo 2.

Dividir a turma em grupos de 4 ou 5 elementos e distribuir o texto.

Propor a leitura do texto, pedindo a cada grupo que prepare uma intervenção de 3 a 5 minutos sobre o tema para um *podcast* de grande alcance ou para uma audiência com o conselho de administração de uma marca multinacional do mercado da moda.

Motivar a apresentação da intervenção de cada grupo convidando à expressão de opiniões sobre a forma como o tema foi abordado, identificando eventuais pontos em que poderá haver desacordo, aspetos surpreendentes, questões não contempladas ou subestimadas nas apresentações.

Pistas para a reflexão

- Compreender que há, por parte das marcas, uma procura constante do aumento dos seus lucros. Daí o apelo ao consumo exacerbado e a oferta de preços baixos, com repercussões na vida e no trabalho das pessoas que produzem as roupas, que são sobretudo mulheres, muitas vezes em países distantes: enfrentam jornadas de trabalho longas, ritmos de trabalho intensos, auferem baixos salários e têm condições de trabalho que comprometem a sua saúde e integridade física e psicológica.
- Destacar a diferença salarial entre mulheres e homens e transmitir a informação de que também em Portugal, e na generalidade dos países ocidentais, as mulheres ganham, em média, significativamente menos do que os homens.
- Problematicar as consequências nefastas para o ambiente associadas à *fast fashion*, à produção e transporte massivos de roupas.
- Clarificar que a indústria da moda é das mais globalizadas e que os estilos de consumo das sociedades ocidentais têm impactos na vida de pessoas que habitam em outras zonas no planeta. Reforçar a ideia da crescente interdependência entre diferentes países e povos.

3ª Etapa: Pensar e assumir compromissos com a transformação

Opção 1

Dividir a turma em dois grupos com o mesmo número de participantes: o grupo A e o grupo B. Entregar aos elementos do grupo A sugestões para consumos de roupa ecológica e socialmente responsáveis ([Anexo 3](#)).

Formar duas filas com os elementos dos dois grupos, frente a frente. Cada elemento do grupo A lê as sugestões e questiona o elemento da fila B que tem à sua frente: em que medida consideras que para ti é/seria fácil adotar esta sugestão? E para as pessoas à tua volta? Que barreiras dificultam a adoção desta prática?

Pedir-lhes que ouçam e registem as respostas dos elementos do grupo B às questões.

Emitir, a cada dois minutos, um sinal sonoro para que os elementos da fila B avancem uma posição para a sua direita, ficando frente a frente com outro/a colega, passando a/o último da fila para a primeira posição. Repetir este procedimento até que os primeiros pares voltem a ficar frente-a-frente.

Refletir em plenário sobre as sugestões propostas pelos elementos do grupo A e sobre as perceções do grupo B relativamente ao nível de facilidade/dificuldade e às barreiras à adoção das práticas propostas.

Opção 2

Projetar, uma a uma, as sugestões para um consumo mais responsável de roupas ([Anexo 3](#)).

Pedir que, face a cada sugestão, se levantem os alunos e as alunas que já a adotam. A/o docente poderá interpelar quem se levantou a partilhar as razões e os desafios da adoção desse comportamento.

Questões orientadoras

- Que barreiras tornam difícil a adoção deste comportamento?
- O que precisava de mudar para que mais pessoas adotassem essa prática?
- O que podemos fazer para que mais pessoas assumam este comportamento?

Estimular a turma a sugerir formas de superar as barreiras identificadas, procurando em conjunto respostas para a questão **“o que podemos fazer, a nível individual e coletivo, para minimizar os problemas sociais e ambientais gerados pelo nosso padrão de consumo de roupas?”**

Pistas para a reflexão

- Chamar a atenção para o papel que podemos assumir no sentido da redução do peso que o mercado da moda tem sobre o planeta.
- Estimular o reconhecimento da inevitabilidade da redução da quantidade e do ritmo de produção das marcas e das distâncias percorridas por estes artigos.
- Incentivar a identificação de alternativas aos hábitos e padrões de consumo vigentes e o reconhecimento da necessidade do pagamento de um preço justo pelas roupas que adquirimos, sob pena de sermos coniventes com condições de trabalho indignas.
- Sublinhar o poder que têm os/as consumidores/as sobre as marcas que não podem ignorar as suas exigências e questionamentos, dado que o sucesso e a sobrevivência das empresas depende de quem lhes compra os produtos.

Sugestões para aprofundar o tema

[Campanha Roupas Limpas](#)

[Projeto Slow Fashion nascido na London College of Fashion](#)

[Documentário \(Completo\) True Cost](#)

[Fashion Revolution, movimento global criado depois do desastre do Rana Plaza](#)

[Um Ano Sem Zara, blogue de uma mulher que documentou um ano em que não comprou nenhuma peça de roupa ou calçado](#)

[Get up and Goals! Alterações climáticas. Percursos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global](#)

[Documentário A história das coisas](#)

[Comércio Justo - Para quem? Porquê? Como? Com quem?: dossiê pedagógico com fichas de actividades](#)

**Pobreza e Desigualdades
na ótica da
Igualdade entre Mulheres e Homens**



HABITAÇÃO, POBREZA...E MUITAS OUTRAS DESIGUALDADES ENTRE MULHERES E HOMENS

Objetivos

1. Perceber a importância da habitação para se usufruir de uma vida digna e segura, com sentido de pertença coletiva e condições para se beneficiar das oportunidades comuns à maioria das pessoas.
2. Saber aplicar o conceito de pessoas em situação de sem abrigo a mulheres de diferentes regiões e locais do mundo, incluindo as que vivem em cabanas menstruais.
3. Compreender a relação entre a pobreza, exclusão social e a ausência de habitação digna.
4. Identificar as principais causas de pobreza que são mais gravosas para as mulheres ou que as atingem de forma especial.
5. Ver a incidência das desigualdades económicas e do empobrecimento em mulheres e em homens e perceber o conceito de feminização da pobreza e a sua amplitude mundial, dando exemplos desse fenómeno.
6. Conhecer alguns dos fenómenos que prejudicam mais as raparigas e mulheres pobres no mundo levando-as a situações de exclusão social.
7. Conhecer iniciativas a nível mundial que respondem ao empobrecimento das mulheres e combatem a sua exclusão.
8. Compreender os efeitos negativos da pobreza feminina e da exclusão das mulheres para o desenvolvimento humano global.

Estimativa de duração

- 1ª Etapa:** 1 tempo letivo
2ª Etapa: 3 tempos letivos
3ª Etapa: 2 tempos letivos

1ª Etapa: Olhar e ver... a situação de pobreza de homens e de mulheres e a desigualdade entre uns e outras

Introduzir o tema da pobreza e da exclusão social.

Pedir à turma, em regime de participação livre, para:

- Dizer o que caracteriza uma pessoa pobre e uma pessoa excluída socialmente. Registrar as respostas da turma (no quadro, por exemplo).
- Dizer quem acha que pode haver diferenças entre rapazes/homens e raparigas/mulheres pobres ou excluídas. Contar nº de alunas/os que acham que sim e que acham que não, registando o respetivo número.
- Indicar uma característica de uma pessoa rica, bem sucedida, registando as respostas.
- Dar exemplos de pessoas ricas (em abstrato ou concretas – com nomes) registando as respostas. A seguir, ver se as respostas correspondem, de forma equilibrada, a (perfis de) homens e mulheres ou mais a eles ou mais elas, registando o respetivo número.

Pistas para a reflexão

- Nesta etapa importa verificar: o que a turma entende por pobreza e por riqueza e como associa homens e mulheres a cada uma delas, de forma indiferenciada, específica ou invisibilizando as mulheres ricas e pobres.

Projetar um conjunto de imagens que representam diferentes pessoas em situação de sem abrigo ou de habitação precária.

Dar tempo para que a turma veja bem cada imagem e explicar, em voz alta, o que representa cada uma, seguindo a respetiva legenda. (Anexo)

Comparar as características assinaladas na etapa anterior e identificar aquelas que estão presentes e as que estão ausentes nas imagens.

Analisar e refletir sobre as imagens propostas na atividade anterior.

Dividir a turma em grupos. Entregar a cada grupo 3 imagens em papel e solicitar a análise das imagens relativamente às **condições da vida quotidiana** e às **consequências** para as pessoas que se encontram naquelas circunstâncias, nomeadamente no que se refere:

- Ao seu corpo
- À sua segurança
- À sua família

- À sua educação e o seu emprego
- Ao seu descanso, lazer e convívio
- À sua capacidade de sonhar sobre o seu futuro e escolher o que querem da sua vida futura
- Ao seu sentido de pertença coletiva

Questões orientadoras

- Como se pode caracterizar a habitação ou local onde pernoitam as pessoas das imagens?
- A partir das imagens, quais as condições e dificuldades comuns e diferentes a mulheres e homens para: Dormir? Alimentar-se? Proceder à sua higiene? Enfrentar o frio e o calor, de acordo com as alturas do ano? Proteger-se dos perigos externos, naturais (como dos animais ou de intempéries) ou que resultam de ações de outras pessoas (agressão, roubo, violação)?
- Achas que, no seu conjunto, as dificuldades são as mesmas para mulheres e homens ou haverá algumas que tornam a vida das mulheres mais difícil e perigosa?
- Quais serão as consequências destas condições de vida de homens e de mulheres ao nível da saúde e da segurança?
- Quais as consequências destas condições para mulheres e para homens ao nível das relações pessoais, familiares e sociais?
- Será que existem grupos mais afetados por estas situações de pobreza e exclusão? Porquê?
- De que forma as condições naturais e o tipo de país onde se vive agravam ou atenuam as desigualdades entre homens e mulheres quanto à situação de pobreza e/ou de exclusão social?

Pistas para a reflexão

- A primeira forma de expressão e vivência da pobreza é a privação material.
- A falta de habitação ou de uma habitação segura e adequada constitui uma das primeiras condições para a qualidade de vida e para a dignidade das pessoas, bem como para o seu nível de inclusão social.
- A pobreza e a exclusão social não são vividas da mesma forma por homens e por mulheres e alguns dos seus efeitos são também diferentes para eles e para elas, sendo mais graves para as mulheres, em especial ao nível da segurança e da sobrevivência.
- Este facto está intimamente ligado à desigualdade social entre homens e mulheres em desfavor delas e a situações de maior exclusão vividas por elas.
- Efeitos da pobreza e (des)igualdades entre mulheres e homens em relação a:
 - Alimentação, a saúde, a agressão do clima, a higiene diária;
 - Segurança na permanência no mesmo sítio e na mobilidade e circulação nos espaços por onde se necessita e/ou se gostaria de ir; segurança de si e dos seus bens/daquilo que é essencial; segurança face aos perigos

naturais do sítio onde se vive;

- Relações familiares: ter ou não ter uma família; ter ou não ter crianças; poder ou não poder cuidar de crianças, doentes, pessoas idosas ou pessoas com deficiência; ter ou não ter capacidade para proteger elementos da família; ter ou não ter privacidade;
- Impactos na sociabilidade: ir a locais de convívio; praticar qualquer actividade que não seja essencial (música, desporto ou actividade física, etc.), frequentar espetáculos, usufruir do lazer como passear, ler, ouvir música, conversar com amigas/os.
- Efeitos no sentimento de pertença coletiva (um lar, uma família, um prédio, uma rua, um bairro, uma cidade/vila ou aldeia, um círculo de pessoas conhecidas/amigas, à vizinhança, um país).

Sugestão alternativa:

Solicitar a cada discente que escolha uma imagem para comparar o seu quotidiano, enquanto meninos/rapazes ou meninas/raparigas, com o que imaginam ser o da(s) pessoa(s) da imagem escolhida (descrever as 24 horas de um dia útil ou/e de um dia do fim de semana).



2ª Etapa: Aprofundar a compreensão do problema

Análise de diversos recursos de forma a aprofundar a temática, recorrendo à técnica de painel integrado.¹

Dividir a turma em grupos (1.º momento) e dar a cada grupo um conjunto de documentos organizados por diferentes problemáticas/situações de desigualdade. Solicitar a cada grupo que, a partir dos documentos que recebeu, identifique as principais situações de desigualdade entre homens e mulheres:

1. Pobreza e situação de sem abrigo

Anexo 1 – Pessoas em situação de sem abrigo

Anexo 2 – Mulheres em situação de sem abrigo

Anexo 3 – Pobreza

2. Rendimentos

Anexo 4 – Desigualdade de rendimentos no mundo I

Anexo 5 – Desigualdade de rendimentos no mundo II

Anexo 6 – Desigualdades de rendimentos em Portugal

Anexo 7 – Desigualdade de rendimentos na Europa

3. Pobreza, Educação e Família

Anexo 8 – Desigualdades face à pobreza no mundo

Anexo 9 – Desigualdades face à pobreza em Portugal

Anexo 10 – Desigualdades nas TIC, trabalho e educação na Europa e em Portugal

4. Leis e costumes

Anexo 11 – Cabanas Menstruais do Nepal

Anexo 12 – Superstição sobre menstruação isola mulheres e causa mortes no Nepal

Anexo 13 – As mulheres e a Lei no Mundo

1 - Esta técnica decorre da seguinte forma: num 1.º momento, dedicado à obtenção de informação sobre diferentes situações de desigualdade, o grande grupo é dividido em pequenos grupos (ex. 5 pessoas no SG1, 5 pessoas no SG2, 5 pessoas no SG3, 5 pessoas no SG4, 5 pessoas no SG5) que analisam uma dada informação; num 2.º momento, dedicado ao relacionamento entre as situações de desigualdade, constituem-se novos pequenos grupos compostos por um elemento de cada um dos grupos anteriores (G1+G2+G3+G4+G5), de forma a que em cada novo grupo haja um elemento de cada um dos grupos anteriores. Desta forma, todos os novos grupos terão acesso a toda a informação, bem como às conclusões dos grupos anteriores.

Refazer os grupos de acordo com as instruções dadas acima para o segundo momento.

Pedir aos novos grupos que dos 4 temas tratados, identifiquem dois aspectos que explicam ou mostram a desigualdade entre homens e mulheres, mostrando como se relacionam entre si e como levam à situação de pobreza e/ou exclusão social mais gravosa nas mulheres.

Propor a elaboração de um cartaz, em suporte papel ou em formato digital, onde espelhem a reflexão realizada pelo grupo, para apresentar à turma.

Organizar uma exposição dos materiais produzidos por cada grupo num espaço da escola.

Questões orientadoras

- O que é uma pessoa em situação de sem abrigo? Qual a sua relação com a pobreza? De que forma a situação de sem abrigo e a vida em campos de refugiadas/os atinge especialmente as mulheres?
- O que é uma cabana menstrual? Como traduz essa situação a exclusão social das mulheres e raparigas? Que efeitos negativos têm para a vida das mulheres e raparigas e para a sua maior vulnerabilidade face aos homens?
- Qual a importância da habitação na inclusão/exclusão social (dimensões subjetivas, materiais, de saúde e ao nível do quotidiano e do futuro)?
- Como traduz a desigualdade de rendimentos as maiores probabilidades de as mulheres terem menores condições materiais do que os homens em todas as idades e continentes?
- Como traduz a desigualdade na educação as maiores probabilidades de as mulheres terem menores condições materiais do que os homens em todas as idades e continentes?
- Como traduz a desigualdade face à lei as maiores probabilidades de as mulheres terem menores condições materiais do que os homens em todas as idades e continentes?
- De que modo esta desigualdade entre mulheres e homens impede o desenvolvimento humano?



Pistas para a reflexão

- As desigualdades entre homens e mulheres em situação de sem abrigo e o reconhecimento da maior vulnerabilidade das mulheres na rua e a diferença nas estratégias de sobrevivência, com a sua subsequente invisibilidade e a ideia generalizada de que as pessoas em situação de sem abrigo são apenas homens.
- Pobreza extrema e pobreza relativa como realidades potencialmente distintas, evidenciando a clara relação entre a segunda e o “em risco de pobreza”.
- Comparação entre causas mais prováveis de pobreza em mulheres e em homens: o que é comum e o que é específico delas quanto a: rendimentos, profissões, salários, educação, direitos face à lei.
- A pobreza enquanto fenómeno feminizado, manifestando-se de formas distintas e com níveis de gravidade diferentes no mundo.
- A desigualdade económica entre mulheres e homens como realidade presente em todo o mundo.

Distribuir por cada discente três textos sobre soluções/respostas dadas às dificuldades económicas das mulheres em diferentes países do mundo ([Anexos 14, 15 e 16](#)).

Depois da sua leitura, promover um debate sobre as mudanças introduzidas na vida das mulheres e nas respetivas comunidades.

Pistas para a reflexão

- Tentar perceber como o microcrédito foi e é uma resposta à pobreza e à exclusão social das mulheres.
- Perceber a relação entre o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento das comunidades às quais pertencem.

3ª Etapa: Pensar e assumir compromissos com a transformação

Apresentar à turma as seguintes propostas de atividade:

Opção 1

Tentar saber quais são as políticas da sua autarquia relativas à pobreza e à exclusão social.

Procurar saber quais as organizações que existem na sua região (ou a nível nacional) e que se dedicam ao combate à pobreza e à exclusão social e/ou ao apoio a pessoas em situação de semabrigo.

Verificar se há alguma(s) que se centre(m) no combate à pobreza e à exclusão específica das mulheres.

Opção 2

Identificar situações em que raparigas e/ou rapazes se sintam à parte ou tenham dificuldade em se integrarem ou usufruírem de toda a escola.

Refletir sobre o que é necessário fazer para contribuir para mudar isso, de forma individual e de forma coletiva.

Opção 3

Criar uma situação (um debate, uma entrevista ou uma conversa informal) para que cada discente escolha os argumentos que apresentaria a um empresário ou a um político para acabar com a pobreza e a desigualdade económica entre homens e mulheres.

Opção 4

Criar um debate sobre a relação entre desperdício e pobreza.

Averiguar se existem situações de desperdício na escola.

Identificar medidas que podem ser tomadas para alterar isso.



Sugestões para aprofundar o tema

Banco Mundial, [Portal das Estatísticas por Sexo](#)

[Calçada da Carriche](#), por Odete Santos

Comissão Europeia (2021) [The life of women and men in Europe 2021. INTERACTIVE EDITION](#)

Comissão Europeia, [A short story about the gender pay gap](#)

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Campanha 2018, [Minuto de Igualdade](#)

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Campanha 2020, [Os direitos das mulheres são direitos humanos](#)

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, [Igualdade de Género em números](#)

Institute of Development Studies, [Who Cares: Unpaid care work, poverty and women's / girl's human rights](#)

Maria Andersen, [Gender Inequality](#)

[Observatório Nacional contra a Pobreza](#)

OIT (2018) [Relatório Global sobre os Salários 2018/19. O que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres](#)

OIT (2020) [Making Women's Work Visible: The 19th ICLS Standards, Purpose, and Progress](#);

ONU (2019) [Progress on the sustainable development goals. The gender snapshot 2019](#)

ONU (2020) [Rapport sur le développement humain 2020. La prochaine frontière. Le développement humain et l'Anthropocène](#)

ONU Mulheres (2019) [Familias en un mundo cambiante. El Progreso de las Mujeres en el Mundo](#).

ONU Mulheres (2021) [Impactos do COVID 19 em mulheres e raparigas](#)

Organização Mundial do trabalho (OIT), [Labour statistics on women](#)

World Fish, [Gender Equality: Now](#)

Justiça Social na ótica da Igualdade entre Mulheres e Homens



SOCIEDADES SOCIALMENTE PARTICIPATIVAS E JUSTAS

Objetivos

1. Refletir sobre o que são ações violentas e não violentas.
2. Compreender o papel dos movimentos sociais nas chamadas de atenção política e social e promover o papel das alunas e dos alunos, enquanto agentes que constroem sociedades socialmente justas na ótica da justiça social que tem por objetivo a criação e o fortalecimento do bem comum.

Estimativa de duração

1ª Etapa: 2 tempos letivos

2ª Etapa: 2 tempos letivos

3ª Etapa: 2 tempos letivos



1ª Etapa: Olhar e ver... o que é ou não é violento e a relação com os propósitos e contextos

Projetar o **Anexo 1** com as diferentes situações “É ou não é violência?”.

Pedir às alunas e aos alunos para, em grupos de 3, analisarem as situações e preencherem a tabela no **Anexo 2.A**. Cada grupo deve ficar com um conjunto de situações da A a K.

Como alternativa, num espaço amplo onde seja possível circular, ler em voz alta as situações, uma a uma, e pedir às alunas e aos alunos que, se consideram a situação como não sendo violência, se coloquem no lado direito, e, se consideram a situação como sendo violência, no lado esquerdo.

Questões orientadoras

- O que é ou não violento?
- Porquê? Quais os critérios que serviram para determinar o que é ou não é violento?
- Das ações apresentadas, há alguma(s) que pode ser considerada violência e não violência, dependendo do contexto e das circunstâncias?

Pistas para a reflexão

- Há muitas injustiças sociais que são vividas individual e coletivamente mas nem sempre perceptíveis para quem as vive ou nem sempre se tem a força necessária para reivindicar as alterações que devem ser propostas. A nossa adesão a movimentos sociais que lutam contra injustiças concretas (como, por exemplo, as alterações climáticas, o racismo, a violência contra as mulheres, tortura animal) é muito circunscrita à informação de que dispomos sobre essas injustiças. Umas são sentidas pela maior parte das pessoas (como as alterações climáticas) e outras são sentidas por um determinado grupo populacional.
- As formas de reivindicação são igualmente moldadas por contextos próprios, situados, e variam no grau de violência que empregam. Muitas formas de reivindicação são pacíficas mas há, também, quem opte por formas menos pacíficas. Muitas vezes, a linha que separa uma ação não violenta de uma ação violenta é muito ténue e pode ser ultrapassada com alguma facilidade (por exemplo, quando há manifestações nas ruas no mesmo espaço e tempo mas com posições opostas).

Após a análise em pequenos grupos, pedir a um/a porta-voz por grupo que apresente as conclusões do respetivo grupo. Após a apresentação das conclusões de cada grupo, perguntar se todos os elementos da turma chegariam às mesmas conclusões e, caso existam discordâncias, partilhar e debater as diferentes opiniões.

Pistas para a reflexão

- Pode haver desacordo entre as e os estudantes quanto a:
 - Danos às propriedades (imediatos) *versus* danos aos seres humanos (menos imediatos).
 - Intenções *versus* resultados.
- É importante ter presente alguns movimentos sociais que conduziram a alterações significativas para a melhoria das condições de vida das populações mas que envolveram violência (por exemplo, o movimento que lutou pela República) e outros nos quais não houve nem há violência (por exemplo, as manifestações do 25 de novembro pela eliminação da violência contra as mulheres). Os movimentos sufragistas do início do século XX eram pacifistas, embora enfrentassem grande violência policial. No entanto, numa ou noutra ação, envolveram atos tidos como mais violentos como o de colocarem uma bomba na caixa de correio da casa de um político que se encontrava em obras (desocupada).

Depois do debate, ler e entregar a todas as alunas e alunos o [Anexo 2.B](#) sobre os princípios da não violência.



2ª Etapa: Aprofundar a compreensão do problema

Apresentar a secção de ações coletivas não violentas lideradas por mulheres do Anexo 1.

Depois de apresentar, perguntar às alunas e aos alunos se conheciam estes movimentos e se o que estes movimentos propunham foi alcançado (e onde).

Pistas para a reflexão

Há vários movimentos pacifistas liderados por mulheres que ao longo dos tempos têm desencadeado ações coletivas não violentas.

O anexo 1 encontra-se estruturado em áreas temáticas dalguns desses movimentos:

- Pelo direito ao voto das mulheres: aborda o movimento sufragista em vários países¹ bem como em Portugal - documentário produzido pela Assembleia da República (14 minutos e 15 segundos), *Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher a votar*.
- Movimentos pacifistas ecológicos: aborda o movimento indiano Chipko “abraçar uma árvore”.
- Movimentos pela educação de meninas e raparigas: o caso de Malala Yousafzai (entrevista realizada pelas Nações Unidas a Malala Yousafzai (autoria: ONU, 6 minutos e 19 segundos)).
- Movimentos pela justiça climática: o caso de Greta Thunberg (autoria TedTalk, 11 minutos).

De seguida, dividir a turma em grupos de 5 elementos e pedir para que façam uma pesquisa sobre outros movimentos sociais que procuram alcançar a justiça, preenchendo a grelha do Anexo 2C.

Procurar que as e os alunos façam pesquisas sobre movimentos nos 5 continentes. É possível, por exemplo e a fim de garantir essa diversidade, propor que cada grupo fique com um continente.

No final, pedir à/ao porta-voz do grupo para apresentar os resultados das suas pesquisas.

1 - Caso seja possível ou como indicação para quem queira saber mais, ver o filme de 2015 *As sufragistas*. Este filme aborda a história inicial do movimento feminista, centrada em Maud Watts. Um drama que narra a história das ativistas de base dos primórdios do movimento feminista em Inglaterra, as mulheres que foram forçadas à clandestinidade ao entrar num perigoso jogo de gato e rato com um Estado cada vez mais brutal, enquanto lutavam pelo direito de voto. Essas mulheres não eram maioritariamente das classes letradas, mas antes mulheres trabalhadoras que tinham visto o falhanço do protesto pacífico. Radicalizadas e recorrendo à violência como a única via para mudar, elas estavam dispostas a perder tudo na luta pela igualdade - os seus empregos, as suas casas, os seus filhos e as suas vidas. Maud Watts era uma dessas ativistas. A história da sua luta pela dignidade é comovente e inspiradora e tão emocionante como qualquer filme policial.

Questões orientadoras

- Qual a temática central – que justiça querem alcançar?
- Quem lidera o movimento? Homens ou mulheres?
- Onde nasceu o movimento? Passou fronteiras?
- Quais as principais ações? Estas ações foram sendo alteradas ao longo do tempo?
- Foram as ações violentas ou não violentas?

Pistas para a reflexão

- Há muitos movimentos sociais liderados por mulheres e por jovens, como é o caso de Malala Yousafzai e o da Greta Thunberg.
- Existem, genericamente, diferenças em mulheres e em homens na resolução de problemas comuns e na ótica da justiça social que têm por objetivo a criação e o fortalecimento do bem comum. Por exemplo, as mulheres tendem a não recorrer à violência com o fim de evidenciar essas diferenças, visualizar o documentário *Mulheres e a construção do novo mundo*.



3ª Etapa: Pensar e assumir compromissos com a transformação

Pedir às alunas e aos alunos para compartilharem o que mais as e os preocupa no presente, em matéria de justiça social.

Colocar no Anexo 1 as principais injustiças referidas pelas alunas e alunos.

De seguida, abordar os principais pilares para o sucesso de uma ação de um movimento social.

Pistas para a reflexão

- A justiça social acontece não por mero acaso, mas porque têm existido movimentos sociais que têm impelido às mudanças políticas e sociais. Tem sido a ação coletiva o motor da justiça social.
- É importante documentar a ação dos movimentos sociais: fotos, entrevistas, artigos nos meios de comunicação social, publicações nas redes sociais, etc.

Tendo em atenção as respostas sobre as preocupações das alunas e dos alunos, e havendo sido identificadas causas comuns a mais do que um/a aluno/a, pedir à turma que se agrupe em causas comuns e/ou em causas semelhantes e que preencha a tabela no Anexo 2.D.

Depois de preenchida a tabela, motivar a apresentação de cada uma das propostas.

Pistas para a reflexão

- Pode encontrar inspiração para um melhor desenvolvimento desta atividade no ToolKit de Ativismo Feminista.

Sugestões para aprofundar o tema

Leandro Vergana-Camus (2016) "Why social movements matter for addressing inequalities and ensuring social justice", UNESCO, Word Social Science Report 2016

PpDM (2021) O processo de construção da Igualdade de Género: uma visão pessoal a partir de experiência vivida. Entrevista com Regina Tavares da Silva

UN Women (2020) *Beyond Covid-19: A feminist plan for sustainability and social justice*

Vandana Shiva e Maria Mies (2016) Ecofeminismo. Edições Piaget

Vídeo RTP *Das sufragistas à liberdade sexual*

Paz
na ótica da
Igualdade entre Mulheres e Homens



MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

Objetivos

1. Reconhecer a sobre-representação das raparigas e das mulheres enquanto vítimas e sobreviventes de violência em países em conflito.
2. Conhecer os principais instrumentos normativos das Nações Unidas promotores da paz e da segurança (DUDH, CEDAW, PAP, RCSNU 1325).
3. Apreender os diferentes impactos dos conflitos armados, da resolução de conflitos e da manutenção da Paz em mulheres e em homens e a necessidade da participação efetiva das mulheres nesses momentos.
4. Compreender que a Paz e a Segurança dependem de todos os Estados.

Estimativa de duração

1ª Etapa: 3 tempos letivos

2ª Etapa: 2 tempos letivos

3ª Etapa: 1 tempo letivo



1ª Etapa: Olhar e ver... a violência contra as raparigas e as mulheres

Ler e refletir sobre a seguinte frase do Secretário-Geral das Nações Unidas:

“A violência sobre mulheres e meninas é uma “pandemia global” e uma afronta moral para todas e para todos, um sinal de vergonha em todas as sociedades e um grande obstáculo para o desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável. (...) A violência contra as mulheres e meninas em todas as suas formas é a manifestação de uma profunda falta de respeito, um fracasso dos homens em reconhecer a igualdade e a dignidade das mulheres.”

António Guterres, Secretário Geral das Nações Unidas, novembro de 2019

Projetar o Anexo 1, contendo dados estatísticos sobre a violência contra as mulheres. Deixar ficar os dados projetados na sala de aula.

Pedir às alunas e aos alunos, em grupos de 4 (preferencialmente mistos), para refletirem sobre os dados apresentados.

Depois, pedir para um/a porta-voz de cada grupo apresentar as conclusões à turma. Debater os resultados das apresentações dos grupos.

Questões orientadoras

- O que mais surpreendeu nos dados?
- Concordam com a opinião do Secretário Geral das Nações Unidas? Porquê?

Pistas para a reflexão

- Referir que em todo o Mundo (em todos os países) as raparigas e as mulheres são particularmente afetadas por atos de violência, independentemente dos países se encontrarem em situações de conflito armado ou de paz. Não obstante, a violência contra mulheres e raparigas em países em conflito é ainda maior.
- Ter presente os conceitos de paz e de ausência de paz e fazer a relação entre a violência contra as mulheres e raparigas. Em todos os países, a segurança das mulheres e das raparigas é continuamente posta em causa.

Referir que existem conflitos armados onde o recurso à violação de mulheres e raparigas como arma de guerra é prática comum mas que mesmo quando o país se encontra em paz a violência sexual persiste como é o caso da Libéria, entre outros.

Passar o filme *Liberia: Women on the frontline* (autoria: ONU; tempo 11 minutos).

Depois do visionamento do filme, voltar a fazer a relação entre a violência contra mulheres e raparigas e a ausência de paz.

Pistas para a reflexão

- A paz é um estado baseado no respeito pelos direitos humanos, nos direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais, que apela ao diálogo, à negociação e à cooperação entre todas as pessoas, homens e mulheres, em diferentes níveis de tomada de decisão.
- É cada vez mais relevante que os Estados garantam a efetiva implementação das convenções internacionais a que aderiram (em particular a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e de outros instrumentos normativos das Nações Unidas (como a Plataforma de Ação de Pequim e a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança).



2ª Etapa - Aprofundar a compreensão do problema

Perguntar às alunas e aos alunos o que são direitos humanos.

Recolher as respostas num diapositivo do [Anexo 1](#).

De seguida referir alguns dos direitos humanos e a universalidade dos mesmos aplicáveis a todas as pessoas sem qualquer discriminação: mulheres e homens, raparigas e rapazes são sujeito e objeto dos direitos humanos. Pode igualmente visualizar-se o vídeo *Direitos Humanos* (Autoria: ONU Mulheres Brasil; 3 minutos).

Destacar o Artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela relevância que assume para a temática deste recurso educativo: paz e segurança.

Percorrer o caminho realizado pelas Nações Unidas na adoção de instrumentos de direitos humanos específicos para as mulheres: de 1948 a 2000.

Pistas para a reflexão

- Apesar da existência da Declaração Universal de Direitos Humanos, na década de 70 do século passado, as Nações Unidas começam a concluir que, independente do nível de desenvolvimento de um país, as mulheres encontram-se sempre em pior situação. São ainda nos dias de hoje constantes as violações aos direitos humanos das mulheres e das raparigas; um exemplo disso é a violência que afeta desproporcionalmente as mulheres, outra podia ser a pobreza.
- Entendeu-se assim que seria necessário desenhar e adotar uma convenção que fosse específica para as mulheres e raparigas. Em 1979 é adotada, na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).
- 15 anos passados da adoção da CEDAW, na última conferência mundial sobre as mulheres, promovida pela ONU em Pequim, em 1995, é adotada a Plataforma de Ação de Pequim (PAP).
- Mais tarde, em 2000, constata-se que a violência a que as mulheres estão sujeitas nos conflitos armados é bastante diferente da que os homens enfrentam e que embora as mulheres constituam mais de metade da população mundial, as necessidades das mulheres ainda estão ausentes dos acordos de paz. Assim, é adotada a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas N.º 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Ver e refletir sobre o vídeo *O que eu realmente quero* (Autoria: ONU Mulheres Brasil; 3 minutos)

Pedir às alunas e aos alunos para fazerem uma pesquisa na internet sobre três documentos fundamentais, dividindo a turma em 3 grupos.

O grupo 1, pesquisa a CEDAW; o grupo 2, a PAP; e o grupo 3, a RCSNU 1325.

A pesquisa deve ser feita com base nas seguintes **questões orientadoras**:

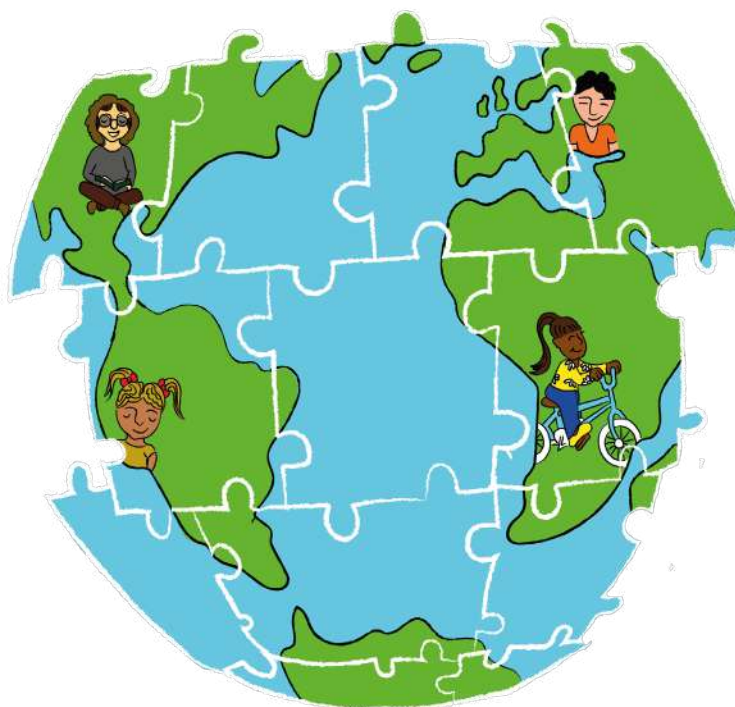
- Qual o propósito do instrumento?
- Quais as principais problemáticas a que o instrumento quer dar resposta?
- Que referência específica é feita à Paz e à Segurança?
- Como é que o instrumento se concretiza na realidade?
- Portugal adotou esse instrumento? E o que deve fazer para o concretizar na realidade?

No caso de as alunas e os alunos terem alguma dificuldade em encontrar informação, há *sites* em Portugal de entidades que têm disponível informação, nomeadamente:

- **CEDAW**
- **PAP**
- **RCSNU 1325**

Cada grupo apresentará as suas conclusões.

No final, passar os diapositivos do **Anexo 1** que correspondem à síntese dos instrumentos.¹



1 - No anexo encontra-se, para cada um dos instrumentos, um pequeno filme (no que respeita à RCSNU 1325 encontra 2 vídeos, ambos das Nações Unidas – o 1º mais completo e longo e o 2º mais curto: escolha o que melhor se adequa às e aos alunas/os).

3ª Etapa: Pensar e assumir compromissos com a transformação

Relembrar o vídeo *Realizar os mandatos da manutenção da paz das Nações Unidas Mulheres, Paz e Segurança em realidades políticas* que foi disponibilizado a propósito da RCSNU 1325, no Anexo 1.
Dividir a turma em 4 grupos e pedir para responderem às seguintes questões:

- Que impactos têm os conflitos armados em mulheres e em homens? São impactos diferentes? Porquê?
- Com base nos instrumentos referidos (CEDAW, PAP e RCSNU 1325), que medidas podemos tomar para:
 - Promover a participação das mulheres nos processos de paz?
 - Garantir a segurança das mulheres e crianças em processos de manutenção da paz?

Pedir para um/a porta-voz de cada grupo apresentar as conclusões à turma.

Depois apresentar o que Portugal tem feito no domínio da paz e segurança, integrando as forças das Nações Unidas, com dois pequenos vídeos e notícia publicada na UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas.

Pistas para a reflexão

- Ter presente que a participação das mulheres nos processos de paz tem sido francamente baixa: entre 1992 e 2019, as mulheres constituíam em média 13% das pessoas responsáveis pelas negociações, 6% das pessoas com função de mediação e 6% como signatárias dos maiores processos de paz no Mundo.⁵
- Sabe-se que as necessidades das mulheres e as dos homens não são todas iguais – há especificidades inerentes à pertença sexual. É muito importante trazer para a mesa das negociações da paz e da segurança tanto mulheres como homens, bem como colocar na “agenda política” as necessidades das mulheres e as dos homens.

5 - Council of Foreign Affairs, Women in Peace Processes, a 7 de janeiro 2022. (organização independente fundada em 1921)

Sugestões para aprofundar o tema

[PpDM \(2010\) CEDAW – A Magna Carta dos Direitos das Mulheres](#)

[PpDM \(2016\) CEDAW4ALL](#)

[UN \(2021\) Women, peace and security. Report of the Secretary General. 27 Setembro 2021](#)

[UNWomen \(2020\). Women, peace and security annual report 2019–2020](#)

Websites:

[Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género](#)

[OSCE - Women, Peace and Security](#)

[Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres](#)

[UN Women - Peace and Security](#)

[UN Women - Timeline: 20 Years of Women, Peace and Security](#)

**Cidadania Global
na ótica da
Igualdade entre Mulheres e Homens**



PESSOAS REFUGIADAS - UM DESAFIO A UMA CIDADANIA GLOBAL

Objetivos

1. Identificar e refletir criticamente acerca dos constrangimentos e das ameaças à cidadania global, nomeadamente os problemas enfrentados pelas pessoas refugiadas, e sobre o impacto das nossas ações e corresponsabilidade na procura de soluções.
2. Identificar os fatores que potenciam a discriminação das pessoas refugiadas, com especial enfoque nas mulheres refugiadas.
3. Problematicar a situação das mulheres refugiadas.
4. Relacionar as injustiças e as situações humanas indignas com a cidadania global.
5. Identificar e comprometer-se com ações concretas para a salvaguarda da dignidade das pessoas.

Estimativa de duração

- 1ª Etapa:** 1 tempo letivo
2ª Etapa: 2 tempos letivos
3ª Etapa: 1 tempo letivo



1ª Etapa: Olhar e ver... o que nos rodeia

Projetar a frase e a imagem presentes no Anexo 1.

Propor que cada estudante escreva um texto curto, relacionando a frase e a imagem. De seguida, pedir a cada um e a cada uma que partilhe com a turma a sua resposta.

Analisar:

- O que há em comum nas respostas;
- As ideias mais sublinhadas;
- Se há diferenças entre as respostas dadas por rapazes e por raparigas. Se essas diferenças forem verificadas, registá-las e explorá-las.

Refletir sobre a(s) condição(ões) de privilégio que cada um e cada uma tem.

Dinamizar um debate e convidar os alunos e as alunas a refletir sobre o que podem ser condições de privilégio de que usufruem de forma crítica.

Questões orientadoras

- Em que te sentes privilegiado/a?
- Todas as pessoas têm estes privilégios?
- Se não, em que situações estás a pensar?
- Que problemas enfrentam as pessoas refugiadas?
- Será que há diferenças entre homens refugiados e mulheres refugiadas? Quais?

Pistas para a reflexão

- Nem todas as pessoas têm os mesmos privilégios (ex. garantia de comida, casa, roupa, higiene, família, etc.).
- Quem não os tem, sofre mais adversidades.
- A situação das mulheres refugiadas é particularmente difícil.

2ª Etapa: Aprofundar a compreensão do problema

Dividir a turma em pequenos grupos e dividir os testemunhos presentes no Anexo 1.

Após a análise destes testemunhos, pedir a cada grupo para identificar os aspetos que consideraram mais preocupantes, fazendo uma reflexão acerca das causas e das consequências desta problemática. Depois de cada grupo ter lido e analisado os testemunhos, propor a apresentação das suas reflexões à turma.

Pistas para a reflexão

- Estimular a reflexão sobre o facto de continuarmos a assistir à invisibilidade e negação da situação das mulheres refugiadas, nomeadamente a vulnerabilidade destas mulheres, através da análise do seu percurso, desde o país de origem ao país de acolhimento, passando pelos campos de acolhimento temporário.
- Durante as viagens, as mulheres e as raparigas são alvos fáceis, sofrem a violência, o assalto, a exploração e o abuso sexual, algumas são violadas, escravizadas e traficadas para fins de exploração sexual ou para fins de exploração laboral.
- Nos campos para pessoas refugiadas a vulnerabilidade das mulheres e raparigas é maior, algumas mulheres e raparigas preferem dormir ao relento por se sentirem mais seguras ou simplesmente não dormir, outras não comem nem bebem durante dias para evitar idas à casa de banho, nem tomam banho para evitarem situações de exposição. Persistem situações de violência por parte dos seus companheiros, dos demais homens alojados nos campos e até algumas situações de insegurança provocada por agentes de autoridade locais e internacionais. Não são garantidas as condições mínimas de segurança, educação e cuidados de saúde (como, por exemplo, acesso a consultas de planeamento familiar, contraceptivos ou até mesmo de produtos básicos, como pensos higiénicos). Acresce a tudo isto, o aumento de casamentos infantis e/ou forçados entre a população refugiada, encarada como uma forma de garantir alguma proteção às jovens mulheres.
- A chegada ao país de destino apresenta outros desafios, como a longa espera pela conclusão dos processos, a falta de emprego, a incerteza pelo futuro, o medo pelos membros da família deixados para trás, a falta de conhecimento sobre o novo sistema de saúde e a falta de conhecimento da língua. Todos estes fatores influenciam a estabilidade e o bem-estar físico e psicológico deste grupo de pessoas.

Ler e analisar o texto do Anexo 2 relativamente ao conceito de Cidadania Global.

Distribuir o texto pelos grupos formados na atividade anterior.

Debater as ideias-chave sobre o conceito de Cidadania Global e relacionar esse conceito com a situação das pessoas refugiadas.

Questões orientadoras

- O que significa Cidadania Global?
- Como se poderá construir?
- Que exemplos poderemos dar de ligações entre a nossa vida diária (o local) e a vida de pessoas que vivem muito distantes de nós (o global)?
- Que desafios podem dificultar o sentimento de Cidadania Global?
- Estes desafios serão iguais para mulheres e homens?
- Como achas que se sentem as pessoas refugiadas perante esta ideia de Cidadania Global?

Pistas para a reflexão

- Cidadania Global é um conceito que pode ter vários entendimentos mas que, geralmente, se refere ao sentimento de pertença a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum. Ou seja, não é um conceito apenas relacionado com o território mas sim com um sentimento de pertença mais amplo.
- Poderá construir-se através do conhecimento de outras realidades, da criação de sentimentos de empatia com as outras pessoas, da compreensão que todas as vidas valem o mesmo e que todas as pessoas têm os mesmos direitos.
- Inúmeros exemplos podem ser dados sobre esta ligação entre o local e o global - o impacto da roupa que vestimos, da comida que consumimos, das tecnologias que utilizamos, dos combustíveis que gastamos, etc. Todo o nosso modo de vida tem impactos no global, como se pode ver no exemplo das alterações climáticas.
- Existem vários desafios ao conceito de Cidadania Global, nomeadamente a discriminação, a desigualdade económica, os nacionalismos, etc.
- A situação das pessoas refugiadas é um desafio ao conceito de Cidadania Global, uma vez que estas pessoas, que têm de fugir do seu país e que lutam por refazer a sua vida noutros países, sentem, diretamente, muitas vezes, que o conceito de Cidadania Global é uma ideia mas ainda não uma realidade. É necessário construir diariamente um mundo onde esta seja possível.

3ª Etapa: Pensar e assumir compromissos com a transformação

Organizar uma Assembleia com o fim de redigir um documento, assumindo um compromisso em não tolerar a invisibilidade do sofrimento das pessoas e o dever de denunciar situações injustas e discriminatórias.

Organizar uma sessão plenária, designando um/a presidente, com a função de moderar a assembleia e duas pessoas para a/o secretariarem a quem compete anotar todas as intervenções.

Distribuir as seguintes funções pelos elementos da turma.

- Membros do governo;
- Deputados e deputadas;
- Representantes de pessoas refugiadas;
- Representantes de mulheres;
- Representantes de ONG/redes que lutam pelos direitos das pessoas refugiadas;
- Representantes de empresas com responsabilidade social.

Tarefas desta assembleia:

- Redigir um documento, assumindo um compromisso em não tolerar a invisibilidade do sofrimento das pessoas e o dever de denunciar situações injustas e discriminatórias;
- Decidir a quem o dirigir;
- Sublinhar as responsabilidades/obrigações dos membros do Governo, mas também o reforço da organização da sociedade civil, através da criação e/ou fortalecimento de movimentos cívicos de cidadãos e cidadãs.

Pistas para a reflexão

- Análise da condição de vulnerabilidade das pessoas refugiadas *versus* a sua capacidade de ação e superação das dificuldades que surgem no país de acolhimento.
- As dificuldades próprias das mulheres refugiadas e as necessidades específicas de proteção.
- As políticas ocidentais cada vez mais restritivas e discriminatórias em relação às pessoas refugiadas.
- Reforço dos mecanismos institucionais de acolhimento e os direitos das pessoas refugiadas.

Sugestões para aprofundar o tema

Get up! Migrações. Percursos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania

Global Schools. Propostas de integração curricular da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global no 1.o e 2.o CEB

PpDM / EWL (2016) Os 5 Ps para acabar com a violência contra as mulheres e raparigas refugiadas – instrumento

PpDM (2018) Prevenção e combate à violência contra as mulheres e raparigas refugiadas. Lisboa: PpDM

Recomendação Geral CEDAW nº 38 sobre o tráfico de mulheres e crianças no contexto da migração global

Recomendação Geral CEDAW n.º 32 sobre dimensões de género do estatuto de refugiada, asilo, nacionalidade e apátrida de mulheres

“Vendí a mi hermana por 300 dólares” Inter press service, 7 de Novembro de 2013



PROMOVIDO POR:



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO



Escola Superior
de Educação
Instituto Politécnico
de Viana do Castelo



ENED

ESTRATÉGIA NACIONAL
DE EDUCAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO

APOIO:



CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGUESA
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS